

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Faculdade de Direito e Relações Internacionais
Curso de Relações Internacionais - FADIR**

JULIANA CAROLINA FAIS

**O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA CENTRAL E
CARIBE: UM ESTUDO COM ÊNFASE NO CARICOM (COMUNIDADE
DO CARIBE)**

**Dourados - MS
2014**

JULIANA CAROLINA FAIS

**O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA CENTRAL E
CARIBE: UM ESTUDO COM ÊNFASE NO CARICOM (COMUNIDADE
DO CARIBE)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Banca Examinadora da Universidade
Federal da Grande Dourados, como pré-
requisito para obtenção do título de Bacharel
em Relações Internacionais

Orientador(a): Prof.(a) Mestre Tchella
Fernandes Maso

**DOURADOS-MS
2014**

Dedico esse trabalho aos meus pais, minha irmã, meu esposo e minha filha, que sempre estiveram me dando forças e sempre acreditaram em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por estar sempre ao meu lado, me dando capacidade para realizar meus sonhos. A toda minha família, que nunca mediram esforços para contribuir em mais essa etapa de minha vida. Aos meus companheiros de curso por todas as ajudas e momentos de descontração que dividimos dentro e fora da sala de aula. Principalmente as minhas amigas Danielle Giovanna Kerntopf, Daniela Bermejo e ao meu amigo Alexandre Guimarães, que sempre estiveram ao meu lado durante esses quatro anos. Agradeço imensamente a minha amiga Karoline Gonçalves por todo auxílio que tem me dado nesse último ano. Especialmente a professora e orientadora Tchella Maso, pela paciência e dedicação ao longo da elaboração desse trabalho.

A todos os professores e colaboradores do curso de Relações Internacionais pelo empenho e disposição que possuem para com o curso e com os graduandos.

Muito obrigada!

RESUMO

O processo de integração regional contribui diretamente para o desenvolvimento dos países envolvidos, aumentando suas parcerias e relações com os países vizinhos, além de proporcionar uma maior visibilidade para toda região. A integração regional alcançou a América Latina e, conseqüentemente a América Central e Caribe, favorecendo a formação de blocos regionais na região. O CARICOM se desenvolveu a partir dessa premissa, abarcando os países caribenhos. Esse arranjo tem como objetivo promover uma integração voltada principalmente para o âmbito econômico, como forma de aumentar o capital dos membros e expandir suas capacidades de produção e desenvolvimento.

PALAVRAS – CHAVE

1) Integração regional; 2) América central e Caribe; 3) teorias de integração regional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I – Integração regional: histórico, teorias e análises.....	12
1.1 Diferentes graus de integração econômica dentro do contexto de Bela Balassa.....	13
1.2 Teorias clássicas da integração.....	15
1.3 Reformulações a partir de 1980.....	16
1.4 As teorias da integração regional na contemporaneidade.....	18
1.5 A Teoria Latino Americana de Integração.....	23
CAPÍTULO II- Integração regional na América Central.....	30
CAPÍTULO III - CARICOM: Uma análise de sua formação e suas Particularidades.....	35
3.1 A integração regional no Caribe e o CARICOM: Retomada Histórica.....	35
3.2 CARICOM: crescimento e solidificação.....	42
3.3 CARICOM: desdobramentos e perspectivas	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52
ANEXO – Comunidade do Caribe, dados sobre o comércio internacional.....	55

INTRODUÇÃO

Com o intuito de compreender os processos de integração que foram estabelecidos na América Latina, mais precisamente na América Central e Caribe, nosso objetivo será investigar o CARICOM (Comunidade do Caribe), bem como sua atuação econômica e política, seu sistema institucional e os desdobramentos advindos dessa integração para a região.

A América Central e o Caribe, regiões historicamente desprezadas pela comunidade internacional, conseguiram a partir desses processos de integração regional atingir uma visibilidade relativa muito maior. E, além dos ganhos comerciais atingidos, é possível notar que valores cooperativos estão se fortalecendo e frutos desse fortalecimento começam a se revelar, por movimentos sociais organizados, organizações internacionais etc. Uma pesquisa que trata de uma região tão desprezada, como a América Central e o Caribe e de uma possibilidade tão questionada nas relações internacionais, como a Integração Regional tem muito a nos ensinar, e pode nos levar a uma reflexão mais profunda (LOPES, 2012, p.90).

O processo de integração obteve maiores proporções em meados da década de oitenta, devido a nova ordem global, que passava a se instalar no sistema internacional (BÖHLKE, 2010). Os primeiros arranjos de integração foram constituídos na Europa, e logo se propagaram por várias partes do mundo até chegar à América Latina.

O objetivo central de uma integração regional na maioria das vezes está associado à busca por interesses que podem ser econômicos, políticos e sociais, e só se estabelecem em conjunto com outros Estados, sendo praticamente nulo consegui-lo isoladamente (DEUTSCH,1978). Esses interesses quase sempre visam aumentar o capital dos membros bem como expandir suas capacidades de produção e desenvolvimento, contribuindo assim, para uma crescente inserção no cenário internacional, beneficiando os países membros através do aumento do poder de barganha nas relações externas.

Como defende Böhlke (2010), por mais que os Estados, geralmente, tenham um olhar mais focado no âmbito econômico dentro de uma integração, não podemos deixar de lado os aspectos políticos que, por sua vez, são essenciais para o surgimento e avanço da integração, bem como equilibrar as relações de poder entre os Estados pertencentes ao mesmo bloco.

Não obstante, devem-se incluir também as questões sociais, que são fundamentais para exercer, dentro do grupo, um delineamento necessário para uma boa relação entre os participantes, já que a inclusão social proporciona um maior vínculo interpessoal entre a

população desses países, sendo de grande importância para o desenvolvimento do bloco dentro e fora de suas extensões:

Em geral, quando se pensa em integração regional, muitos se entusiasmam com a possibilidade de se vislumbrar um sistema capitalista (que, em tese, é essencialmente marcado pela competição e desigualdade) pautado por valores cooperativos e integracionistas; porém, o entusiasmo rapidamente desaparece quando observam (quase sempre de forma superficial) que as experiências integracionistas acabam se apoiando naqueles mesmos pilares capitalistas. Entretanto, a partir de uma análise mais minuciosa, é possível sim perceber valores “mais elevados” que ultrapassam o simples ganho financeiro. A América Central e o Caribe, regiões historicamente desprezadas pela comunidade internacional, conseguiram a partir desses processos de integração regional atingir uma visibilidade relativa muito maior. E, além dos ganhos comerciais atingidos, é possível notar que valores cooperativos estão se fortalecendo e frutos desse fortalecimento começam a se revelar, por movimentos sociais organizados, organizações internacionais etc. Uma pesquisa que trata de uma região tão desprezada, como a América Central e o Caribe e de uma possibilidade tão questionada nas relações internacionais, como a Integração Regional, tem muito a nos ensinar, e pode nos levar a uma reflexão mais profunda. (LOPES, 2012, p. 90).

Segundo afirma Deutsh em seu livro *Análise das Relações Internacionais*, não existe um modelo de integração a ser seguido, porém o autor deixa claro que, apesar de não haver um padrão, o resultado levará a uma relação de interdependência decorrente de objetivos e interesses que movem todas as partes integradas. Deutsh assim descreve esse processo: “... um relacionamento entre unidades, no qual elas são mutuamente interdependentes e em conjunto produzem propriedades do sistema, que isoladamente não teriam” (p.223, 1978).

O CARICOM (Comunidade do Caribe) é considerado, não somente um bloco de cooperação econômica, como também está voltado para o campo político e social, e formado por países que antes faziam parte de colônias pertencentes à Europa. Esses países, após tornarem-se independentes, sentiram a necessidade de organizar alianças, como meio de minimizar suas limitações, e ao mesmo tempo possibilitar maiores resultados dentro do processo de desenvolvimento econômico na região (Müllerleile, 1995).

Fazem parte do CARICOM 14,6 milhões de habitantes, com um PIB total de US\$ 28,1 bilhões. Suas exportações atingem em torno de US\$ 12,6 bilhões e as importações giram em US\$ 15,9 bilhões¹.

Esse bloco atualmente é formado por quinze países, que apresentam diferenças e particularidades entre si, e foi oficialmente estabelecido e efetivado em 1973, através do

¹Dados disponíveis em: <http://www.camara.gov.br/mercosul/blocos/CARICOM.htm>. Acesso em novembro de 2013.

Tratado de Chaguaramas, tendo como membros iniciais Barbados, Jamaica, Guiana, e Trinidad e Tobago, agregando posteriormente Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, Dominica, Granada, Haiti, Montserrat, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname e os países associados: Anguilla, Bermuda, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Cayman e Ilhas Turc e Caicos.

O presente estudo está dividido em três capítulos, que buscarão retratar todas as fases do processo de integração na região pertencente à Comunidade do Caribe. Dessa maneira, a pesquisa seleciona dados bibliográficos voltados especificamente para o tema proposto, com o objetivo de gerar maiores esclarecimentos, recorrendo assim, a autores que dedicaram seu tempo a área de pesquisa em questão.

Deste modo, o primeiro capítulo busca explicar as teorias e análises acerca da integração regional, cujo intuito é expor a parte histórica, examinando os processos ocorridos, e relacionando-os ao tema proposto. Além de mapear os apontamentos referenciais do campo de saber das Relações Internacionais.

Já no segundo capítulo, nos dedicaremos a construir uma discussão sobre os arranjos de integração na América Central, pois como a região é vista, na maioria dos casos, como um todo (América Central e Caribe) em estudos e análises quantitativas realizadas por pesquisadores, órgãos especializados e outros blocos regionais, a compreensão do CARICOM e suas consequências para a região passa pelo estudo das iniciativas realizadas entre os países da América Central. Portanto, a ODECA e, posteriormente, SICA serão analisadas brevemente no segundo momento da monografia, enfatizando como são compatíveis as ideias dessas iniciativas com as realizadas entre os Estados caribenhos.

Por fim, no terceiro capítulo nos dedicaremos a compreender todo o sistema institucional do CARICOM, bem como suas ações e seu perfil dentro da América Central e Caribe, e os possíveis desdobramentos resultantes desse processo de integração.

Portanto, a análise feita no presente trabalho consistirá em abordar os resultados adquiridos mediante a pesquisa e os levantamentos bibliográficos, analisando quais os desdobramentos que o CARICOM trouxe para o processo de integração na América Central e Caribe, bem como as relações mantidas com outros países. Devido a isso, abordaremos a importância dos Estados tornarem-se membros de blocos regionais, e quais as razões que os motivam a iniciarem esse processo (econômicas, políticas, sociais) e quais os benefícios e malefícios gerados.

Para isso, utilizaremos importantes autores com obras voltadas para o estudo do processo de integração regional e todos seus desdobramentos no cenário internacional, partindo de um contexto histórico para finalmente passarmos a analisar de modo específico a América Latina e o seu modelo de integração regional voltado para os princípios cepalinos, dando ênfase à América Central e Caribe e os efeitos advindos da integração a essas regiões após a formação do CARICOM.

CAPÍTULO I

INTEGRAÇÃO REGIONAL: HISTÓRICO, TEORIAS E ANÁLISES.

Para que possamos adquirir, dentro deste trabalho, um conhecimento mais amplo e claro, explicaremos brevemente a diferença de integração e cooperação, dentro do contexto até aqui analisado.

Em comunhão com Bela Balassa (1961), a cooperação tem como característica principal harmonizar políticas econômicas, desta forma minimizando divergências entre os países. Já o processo de integração é estabelecido através das convergências existentes entre os Estados, levando, a concretização de laços políticos, econômicos ou sociais, abrindo mão de parte de sua soberania em prol de uma organização com capacidade de solucionar conflitos que possam vir a ocorrer. Desta forma, a União Europeia é considerada pelos autores como modelo de integração econômica (MERCADANTE, CELLI, ARAÚJO, 2011).

Os processos de integração regional expandem-se nas últimas décadas em grande proporção, isto porque, na maioria das vezes, os países membros buscam fortalecer suas economias, proteger seus mercados, ter uma abertura aduaneira entre eles, e principalmente uma maior independência em relação ao ambiente internacional. Nessa perspectiva, podemos observar o caso da União Europeia, que com um mercado e economia favoráveis, busca tornar-se um competidor, visando estar á altura dos Estados Unidos.

As origens da integração, como indica Böhlke (2010) em sua obra, iniciou-se com Immanuel Kant e sua esperança na existência de uma “paz perpétua” através de uma federação de Estados livres, regulados pelo Direito das Gentes. Assim como Simón Bolívar, que defendia que os Estados recém-independentes da América Latina, se associassem, como forma de evitar uma recolonização por parte da Europa. Porém nesse trabalho, passaremos a analisar a integração a partir de meados do século XX, que foi onde se intensificou e ganhou maior difusão nas Relações Internacionais.

Em meados do século XX, foi possível notar as primeiras ações políticas voltadas para a integração, através do Reino da Bélgica e o Grão Ducado de Luxemburgo, assinando a Convenção de Benelux em setembro de 1944. Esta foi sendo complementada em 1947 pelo Protocolo de Haia, onde eram inclusos, nesse processo, os Países Baixos, constituindo-se entre eles uma União Aduaneira e servindo de base para criação da estrutura comunitária europeia.

Também em 1944, entrou em vigor, outro importante tratado internacional, o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), estabelecendo uma maior liberalização do comércio internacional, através de uma progressiva eliminação de barreiras tarifárias, com o intuito de alavancar o livre comércio no âmbito internacional. O GATT viabilizava dois aspectos principais: nação mais favorecida e tratamento nacional². Esses princípios deixavam a desejar quando se tratavam de países em desenvolvimento, devido a isso, na década de setenta, com a Rodada de Tóquio³, formalizou-se a “clausula de habilitação”, que consistia na celebração de acordos entre países em desenvolvimento, como forma de beneficiá-los por possuírem posições desfavoráveis no mercado internacional.

Os processos de integração, segundo Böhlke (2010), passam por várias etapas de evolução, podendo alcançar diferentes níveis e resultados dentro de uma integração. Em meio a tais condições, surgem diferentes teorias, a fim de explicar a integração com base nas experiências europeias.

Destacaremos a seguir alguns importantes autores, suas visões e conceitos que foram elaborados para um maior entendimento do processo de integração e os diferentes níveis que podem ser alcançado, se levarmos em conta, diferentes proporções e estudos sobre o caso.

1.1 Diferentes graus de integração econômica dentro do contexto de Bela Balassa

Bela Balassa, foi um economista húngaro e professor universitário, que se tornou mundialmente conhecido por suas obras, no qual buscou desenvolver etapas dentro das teorias de integração econômica.

Dentre essas perspectivas, destacamos nesse trabalho a obra de 1961, que elaborou sobre os diferentes graus de integração econômica, em seu livro *Teoria da integração econômica*. Essas diversas etapas da integração, que Balassa (1961) descreve em sua obra, nos servem como base para compreendermos e classificarmos de forma precisa o processo de integração ocorrido em nosso objeto de estudo. São elas: Área de preferências tarifárias; Zona de livre comércio; União aduaneira; Mercado comum; União econômica e União econômica total.

² Segundo Böhlke (2010), “(...) qualquer concessão ou vantagem garantida a outro país deveria ser imediatamente estendida às demais Partes Contratantes do Acordo.” (BÖHLKE, p. 28, 2010).

³ A Rodada Tóquio, ocorreu nos anos 70, na tentativa de abolir as barreiras não-tarifárias.

- A área de preferências tarifárias, alfandegárias ou econômicas. A tarifária é a integração mais simples e está baseada somente nos tributos incidentes dentro do comércio exterior, como imposto de exportação e importação. A alfandegária abrange tributos indiretos sobre o comércio exterior, podendo ainda regular restrições diretas como cotas, licenças ou monopólios. A econômica visa concessões referentes à tributação interna.
- Já na zona de livre comércio não há nenhum tipo de barreiras tarifárias e não tarifárias entre os Estados membros, ou seja, não existe nenhum tipo de imposto de importação ou exportação a ser cobrado dentro do bloco e, relativamente, a produtos originários desses territórios. Porém, os Estados membros tem a possibilidade de relacionar-se comercialmente com terceiros Estados, aplicando tarifas aduaneiras isoladas, repercutindo na “triangulação”⁴.
- Na união aduaneira os Estados membros recebem mercadorias de terceiros e sobre elas é cobrada uma tarifa externa comum, sendo que, depois de nacionalizados podem circular livremente dentro do bloco, tornando-se uma forma de amenizar as deficiências da zona de livre comércio e o processo de triangulação.
- No mercado comum nota-se a liberdade total na circulação de bens, capitais, serviços e pessoas. Além disso, a tarifa externa comum deve ter a adesão de todos os Estados membros.
- A união econômica como expõe Jorge de Jesus Alves em seu livro Lições de Direito Comunitário:

(...) representa um estágio extremamente avançado de integração. A união econômica constitui estágio superior ao mercado comum, pois abrange as características deste e impõe harmonização das legislações nacionais nas áreas de política econômica, financeira e monetária (ALVES, 1992, p. 57).

Impondo normalmente, uma unificação monetária e a criação de um Banco Central comum, promovendo uma liberalização completa entre os membros.

⁴ Opta-se pelo Estado que apresente as menores alíquotas de exportação, servindo para entrada de mercadorias, provenientes do estrangeiro, para dentro do bloco, onde posteriormente, circulará livremente.

- União econômica total: é uma união de políticas monetárias, fiscais e sociais que muito se aparenta com a União Europeia, sendo assim, a forma mais profunda de integração definida por Bela Balassa (1961).

Tendo em vista tais processos de integração enunciados por Bela Balassa (1961), cabe acrescentar que, os Estados buscam a integração, como maneira de promover-se, na maioria das vezes, de uma maneira endógena. Ou seja, interessados em maior desenvolvimento interno, que posteriormente refletirá em uma maior inserção no plano internacional, que é o objetivo buscado por grande parte dos países em desenvolvimento. É por meio da integração, que os mesmos viabilizam possibilidades de atingir seu desenvolvimento industrial, voltados para uma economia de escala e aumento de investimentos internos, proporcionando para esses países, uma forma mais segura de crescimento e com maiores chances de obter bons resultados.

1.2 Teorias clássicas da integração

Buscando um maior entendimento a respeito desse processo inicial de integração europeia, foram elaborados pressupostos teóricos, com o propósito de gerar ideias que dessem um sentido aos processos de integração das décadas de 1950/60. Porém, essas teorias clássicas da integração, entraram em crise nos anos de 1970, passando mais de uma década em situação de quase estagnação. Eis os quatro modelos clássicos de integração regional, na percepção de Sarfati (2005):

- O Funcionalismo visa uma cooperação internacional, na qual os Estados exercem funções específicas em um contexto mais amplificado. Ou seja, o Estado passa a ceder uma parte de sua soberania nessas funções específicas em prol de organizações funcionais internacionais. David Mitrany (1966), cujo suas ideias estão associadas ao Funcionalismo, acredita que essa seria a melhor forma de se alcançar uma “relativa” paz.

O pensamento funcionalista, para alguns, deu início as ideias atuais de globalização e impulsionando os processos de integração regional, principalmente o europeu. Por outro lado, para os realistas⁵, é considerado

⁵ Uma das mais importantes correntes teóricas dentro das Relações Internacionais, tem o Estado como seu principal ator e visam o poder como meio de garantir sua posição no cenário internacional.

ultrapassado, pois segundo eles, os indivíduos não são leais aos Estados, assim como os Estados buscam resolver questões simples, por exemplo, transformando-as, em questões políticas.

- O Federalismo se baseia, segundo Haas (1970), na criação de novos Estados, através da integração dos existentes, buscando, através de iniciativas políticas, a formulação de estruturas federais supranacionais, focando, em especial, uma união entre os Estados Europeus e preocupando-se em gerar estratégias políticas, como meio de alcançar objetivos e interesses entre os Estados-membros.
- O Neofuncionalismo também possui bases adquiridas do processo de integração europeu, onde as instituições são de grande relevância entre os Estados que buscam se integrar. Isso se dá como defende Haas (1970), devido ao impulsionamento desse processo estar ligado diretamente a diversos setores que são abrangidos de forma direta ou indireta. O Neofuncionalismo vertente jurídica possui bases legais, onde a Corte de Justiça Europeia, por exemplo, gera um grande impulso no processo integracional, trazendo legitimidade para o devido cumprimento das intenções políticas e econômicas que fazem parte da integração. (SARFATI, 2005).
- Embasado no pensamento de Karl Deutsch, o Transnacionalismo está relacionado, ao contrário do Neofuncionalismo, na percepção e identificação de que as pessoas estão ligadas a comunidades separadas, levando à formação de redes de comunicação que vão além das fronteiras dos Estados, permitindo a inserção de pessoas em uma ampla comunidade, seja por fatores comerciais, ou até mesmo pela migração.

Todos esses modelos clássicos de integração, segundo a visão de Sarfati (2005), foram de suma importância para a criação de novas abordagens teóricas que dessem um maior sentido para as mudanças que passaram a ocorrer a partir da década de 1980 dentro das Relações Internacionais e do processo de integração regional.

1.3 Reformulações a partir de 1980

Na década de 1980, aconteceram mudanças significativas no processo de integração europeia, contribuindo para reformulação nos Estudos de Integração Regional e para o surgimento de novas abordagens teóricas dentro das Relações Internacionais. Com destaque para a Governança global, que aos poucos, passa a ocupar o lugar das instituições nacionais, contribuindo para a diminuição do controle de resultados pelos Estados-membros dentro de uma integração, como assegura Rosenau (2000).

A Governança multinível consiste na dependência das instituições e da relação entre elas para o devido avanço do processo de integração. Como no caso europeu podemos relacionar a Comissão Europeia, Parlamento, Conselho e Corte de Justiça. (SARFATI, 2005). Gary Marks (1993), no início, usava o termo apenas para classificar a estrutura política dentro da Comunidade Europeia. Porém, após um período de tempo, passou a considerar esse conceito para explicar o processo de integração europeu de maneira geral.

O Intergovernamentalismo, desenvolvido por autores como Andrew Moravcsik (1993), defende que as instituições cumprem as vontades dos governos através de acordos e tratados, sendo estes determinantes para o desenvolvimento e a promoção de uma integração. Sendo assim, a cooperação internacional, nesse caso, ocorre seguindo as preferências dos governos, através das barganhas entre os Estados.

Já no Institucionalismo, defendido por Peter Hall (2004), os atores passam a fazer parte do processo de integração intencionalmente, sabendo que isso trará benefícios mútuos, que só podem adquirir em conjunto com outros Estados e com a interação diária com os mesmos. Assim como, procura enfatizar a influência que as instituições passam a ter sobre as políticas estatais no decorrer dos anos, e como decisões tomadas anteriormente podem acarretar em resultados futuros. (SARFATI, 2005)

Todas essas teorias acima mencionadas foram desenvolvidas para explicar o processo de integração dentro da Europa, servindo de base para a posterior elaboração de teorias que viessem a definir esse processo em outros territórios.

A necessidade de novas teorias dentro das Relações Internacionais ocorre, devido ao fato, de cada território/região possuir suas especificidades e estas não se encaixam precisamente dentro das teorias já existentes. Assim, torna-se relevante o entendimento desse processo teórico, para obtermos um maior conhecimento do mesmo em um plano geral, antes de nos aprofundarmos devidamente em nosso objeto de pesquisa.

1.4 As Teorias da Integração Regional na contemporaneidade

Para acompanhar o contexto atual, há necessidade de novas abordagens teóricas, que se desenvolvam em conjunto com o objeto de análise. Devido a isso, alguns autores renomados, dentre os quais estudaremos logo abaixo, dedicaram seu tempo analisando e classificando conceitos teóricos criados pelos mesmos em decorrência da propagação da integração regional. Essa passou a se desenvolver de maneira mais densa no período pós-guerra fria, ganhando espaço entre os Estados e contribuindo para os estudos de Relações Internacionais, através de importantes referências teóricas.

O “regionalismo contemporâneo”, como classifica Hurrell (1995), teve seu surgimento na década de 1990, diferenciando-se por sua abrangência política e não somente econômica, como ocorreu anteriormente na década de 1960.

O autor baseia a sua pesquisa fundamentando a existência de “variedades do regionalismo”. Busca com isso, definir e classificar fatores que condicionam essa proposição, dentro dessa nova proposta de regionalismo. Hurrell usa esse termo devido ao processo de globalização que traz consigo a interdependência entre os Estados e as distintas formas que os mesmos buscam promover parcerias para beneficiarem o comércio regional e internacional.

A regionalização é um processo de interdependência que ocorre entre algumas áreas geográficas, provenientes do comércio privado, dos mercados e fluxos de investimentos, mantendo uma relação econômica autônoma e geralmente, sem a influência política do Estado. Envolvendo também pessoas de diferentes lugares, formando “redes” e dividindo opiniões pelo mundo. Hurrell caracteriza esse regionalismo como:

A essência deste “regionalismo transnacional” pode ser econômica, como nos pólos de desenvolvimento transfronteiriço, de corredores industriais ou de redes cada vez mais densas unindo os principais centros industriais, ou pode ser construídas com base em elevados níveis de interpenetração humana, como acontece atualmente entre Califórnia e México (HURRELL, 2005, p. 27).

Podemos observar através desse trecho que a regionalização pode abarcar vários fatores, tanto de interesses econômicos e políticos, quanto de caráter social, proporcionando uma maior interação entre as populações que estão relacionadas com esse processo.

Consciência e identidade regionais estão relacionadas, muitas vezes, aos fatores internos de uma determinada região, como por exemplo, a cultura e a religião predominantes. Já como fatores externos, podemos identificar as ameaças provindas por outros Estados.

Apesar de serem noções abrangentes, são fundamentais para a possível compreensão do “novo regionalismo” em questão.

A cooperação regional entre Estados pode ocorrer por processos formais ou informais, e têm como principais características proteger e ampliar o poder estatal. Estabelecem-se relações de cooperação visando atingir interesses e objetivos do próprio Estado, assim como, destacar-se dentro do cenário internacional nos níveis econômico, político e social.

A integração econômica regional visa à superação de barreiras alfandegárias entre países que se uniram para obter um intercâmbio mútuo de serviços, bens e pessoas, estabelecendo políticas comuns para um maior desenvolvimento interno e externo.

O processo de coesão regional, como explica Hurrell (1995), em muitos casos, tem uma grande influência nas políticas internas dos países, uma vez que os Estados compreendem que a região, e não uma ação estatal isolada servirá como facilitadora para as relações com o restante do mundo.

As teorias sistêmicas, como sustenta Hurrell (1995), são de grande relevância para o entendimento do processo de regionalismo contemporâneo e, estas enfatizam a necessidade de uma maior ampliação de relações políticas e econômicas entre regiões, evitando, constrangimentos externos. Para uma melhor explicação deste tema, o autor usa dois exemplos capazes de definir com clareza uma teoria sistêmica, sendo o primeiro o neorealismo:

Para os neo-realistas, a política do regionalismo e a emergência dos alinhamentos regionais têm muito em comum com a política de formação de alianças. Para entender o regionalismo é preciso olhá-lo de fora para dentro e analisar o lugar que a região ocupa no sistema internacional mais amplo. Os agrupamentos regionais formam-se em resposta a desafios externos, não existindo, portanto, diferença essencial entre os regionalismos econômico e político (HURRELL, 1995, p. 31).

Segundo os neo-realistas, os processos de integração regional, em sua maioria, visam suprir interesses econômicos e políticos dos Estados, ou seja, podemos definir como parte das relações de poder entre nações que fazem parte de um mercado internacional, altamente competitivo, gerando relativas perdas ou lucros. Podemos considerar o regionalismo e a integração econômica regional, segundo a visão neo-realista, como uma proposta que lhes gera pouco interesse, pois defendem que os “processos autônomos de mercado” são movidos pelos principais Estados, e pelo sistema político internacional.

Hurrell (1995) alega que, a globalização passou a ganhar maior importância após a Guerra Fria, e que a mesma pode estar vinculada com o regionalismo. Porém essa relação não é necessariamente harmônica, fazendo com que esta questão passe a ter pontos convergentes e divergentes. Conforme propõe Pecequilo (2012) a globalização pode gerar:

(...) a universalização de princípios e quebra de fronteiras que levariam ao desaparecimento da soberania dos Estados e a construção e fortalecimento de blocos regionais. [...] A regionalização pode ser tanto complementar quanto oposta à globalização. Em termos de complementaridade, a regionalização parte de princípios similares aos da globalização no que se refere à consolidação de espaços sem fronteiras, que facilitem a livre circulação de bens e pessoas, partindo de uma concepção e valores comuns sobre temas políticos, econômicos, sociais e culturais. No que se refere à contraposição, se a regionalização implica a relativização de fronteiras em determinados espaços geográficos, a mesma pode gerar o isolamento e proteção destes mesmos espaços. Com isso, os blocos regionais poderiam se constituir como entidades politicamente isoladas e independentes que ao abrirem suas fronteiras internas as fechariam para o mundo. (PECEQUILO, 2012, p.47-50).

Na globalização, os países passaram a ter uma maior ligação, através da cooperação e integração, seja econômica, política ou social, buscando interesses mútuos. Nesse contexto, é pouco provável um processo de desenvolvimento de forma isolada no cenário mundial, no qual acontecimentos ocorridos em uma determinada parte do mundo não afetassem outro Estado. Em meio a tais perspectivas, podemos afirmar que, tanto a sociedade como os Estados sentem em significativas proporções o desenvolvimento e a influência gerada pelos efeitos da globalização.

A globalização trouxe consigo uma maior aproximação entre os diferentes atores da realidade internacional, através de uma avançada tecnologia e um aumento de produção de conhecimento, favorecendo uma intensificação das trocas e uma maior abertura fronteiriça entre os Estados, além de uma considerável inserção da sociedade em assuntos que antes eram restritos a esfera estatal apenas o mesmo tomava decisões. Cabe mencionar ainda a percepção acerca dos problemas comuns como segurança climática.

Dessa forma, a contemporaneidade sensibiliza-se para uma visão além dos Estados, marcada por relações de interdependência, como a degradação do meio ambiente, que representa um problema que vai além do cenário regional, tendo proporções e consequências globais. No entanto, o exemplo acima citado, apesar de ser um tema global, torna-se, ao mesmo tempo, regional, podendo ocorrer com maior incidência em uma determinada região.

Hurrell (1995), como forma de explicar o “ressurgimento” do regionalismo, apresenta várias teorias no qual afirma que são capazes de justificar essa nova divisão do mundo em grandes blocos, promovendo a eliminação das fronteiras dentro do processo de globalização e servindo-nos como exemplo de complementação entre a globalização e o regionalismo, que podem apresentar relações opostas ou complementares.

O neofuncionalismo é considerado pelo autor, como sendo a corrente teórica que explica todo o processo de integração europeia. Essa corrente defende que, quanto mais alto o nível de interdependência, maior será o resultado da cooperação, levando a uma integração política. Porém, essa teoria sofreu grandes críticas ao falhar nas previsões feitas com relação à Comunidade Europeia e sua possível evolução.

Apesar de todas essas falhas citadas pelo autor, o mesmo defende que o neofuncionalismo pode vir a tornar-se importante, conforme blocos regionais passarem a consolidar-se em um plano pensado, anteriormente, para atingir o desenvolvimento da integração europeia, dentro dos conceitos e bases neofuncionalistas.

O institucionalismo neoliberal está baseado no conceito de que, com o aumento da interdependência, o processo de cooperação internacional está se intensificando consideravelmente, fazendo com que as instituições tornem-se muito importantes para o Estado atingir seus interesses e ampliar suas parcerias estratégicas. Essa teoria tem sido de grande relevância para uma maior compreensão do ressurgimento do regionalismo, por abarcar características que fomentam a cooperação entre Estados, ampliando seus níveis de influência e proporcionando entre eles uma maior relação política e econômica.

O conceito de interdependência entre os Estados, não pode ser considerado um processo relativamente novo. No entanto, a Teoria da Interdependência Complexa, de Keohane e Nye (1977), defende que, o processo de globalização, passou a interligar os Estados, fazendo com que, acontecimentos ocorridos em um determinado local, sejam sentidos de forma significativa em outros lugares do mundo, de forma positiva ou negativa, surgindo assim, a necessidade de buscar formas de cooperação, que trouxessem benefícios múltiplos para os Estados envolvidos, diminuindo, com isso, a ação do mesmo em prol de vantagens multilaterais.

Nesta importante obra, Keohane e Nye (1977) procuram abordar questões de grande relevância, na promoção da interdependência, tratam-se da comunicação e do conhecimento, considerados fatores que contribuem para a distribuição de uma maior relação de poder entre

os Estados perante o sistema internacional contemporâneo. Sendo assim, é válido afirmar que os Estados, essencialmente após a Guerra Fria, no final da década de 1980, dispuseram de maior interdependência entre si, colaborando para um encurtamento da distância por meio das tecnologias da informação, das telecomunicações, além da aproximação dos povos. Ambos concordam que esses fatores tem uma grande influência no poder dos Estados, seja levando poder as nações antes desprovidas do mesmo, ou aumentando ainda mais o poderio de uma grande potência que é o caso dos Estados Unidos.

Para Keohane e Nye (1977) o realismo deixa de ser uma corrente teórica que possa compreender as regras do jogo nas relações internacionais, pois o poder está relacionado com a coerção e na interdependência complexa, o uso da força tende a diminuir devido a sua baixa efetividade. A interdependência para Keohane e Nye (1977) está baseada nas instituições internacionais, as quais são de grande importância para o desenvolvimento dos países ao representarem o espaço da comunicação e negociação. Os autores fazem uma diferenciação de *soft power* e *hard power*:

Hard power is the ability to get others to do what they otherwise would not do through threats or rewards (...) Soft power, on the other hand, is the ability to get desired outcomes because others want what you want. It is the ability to achieve goals through attraction rather than coercion. It works by convincing others to follow or getting them to agree to norms and institutions that produce the desired behavior (KEOHANE E NYE, 1977, p. 86)⁶.

Por defenderem que os Estados usam da interdependência para evitarem possíveis conflitos, Keohane e Nye (1977) opõem-se a visão realista das RI e da integração regional. Porém não deixam de afirmar que o poder e o interesse próprio são de grande importância para manter intactos certos interesses de cunho nacional.

Esses autores até aqui analisados, foram de grande importância para entendermos as teorias de integração de maneira geral. No entanto as referências a tais estudos são a Europa e seu processo de integração. Devido a isso, há a necessidade de se desenvolver uma revisão bibliográfica centrada na América Latina, suas características e proposições acerca da integração. Espera-se com isso aproximar-se ao objeto de estudo desse trabalho e aprofundar o diálogo entre diferentes teorias e perspectivas que circundam o tema.

⁶ Hard Power é a habilidade para fazer com que outros façam o que de outra maneira eles não fariam através de ameaças e recompensas (...). Soft Power, pelo outro lado, é a habilidade de conseguir resultados desejados porque outros querem o que você quer. É a habilidade de ativar objetivos através da atração melhor do que a coerção. Soft Power trabalha convencendo os outros a segui-los ou concordar com eles sobre normas e instituições que produzem o comportamento desejado. (KEOHANE E NYE, 1977, p. 86).

1.5 A Teoria Latino Americana de Integração

Segundo Nilson Araújo de Souza (2001), podemos observar os motivos que levaram no século XIX os países latino-americanos a iniciarem os processos de integração. No entanto, não foram obtidos êxitos, devido às disputas entre Inglaterra e Estados Unidos por áreas nessa região, que nessa época, acabara de se tornar independente.

A intenção dos EUA não era apropriar-se das terras e sim promover acordos com os países que ali pertenciam, com o intuito de alcançar uma abertura de mercados e bens primários. Tais metas estavam associadas ao interesse de aumentar sua produção e tornar esse processo mais rentável para no futuro atender todo o mercado mundial, sua grande meta.

Porém, não contavam com a intervenção da Inglaterra e a implantação de uma divisão de trabalho onde eles exportavam seus produtos industrializados e os países participantes, ou seja, os países mais frágeis e desprotegidos, principalmente da América Latina, exportavam matérias-primas para essa produção. Isso levou a uma divisão dessa região, onde a América do Norte e Centro estavam contribuindo com os norte-americanos e a América do Sul com os ingleses.

A segunda etapa vai da década de 1930 à 1970, período em que muitos países da América Latina, aproveitando a Grande Depressão, decidem industrializar-se para proteger suas economias e diminuir as importações. Brasil e Argentina travaram um acordo de livre comércio, que contribuiu mais tarde para a formação do MERCOSUL, incluindo também países vizinhos. Porém os EUA acabaram colocando um fim nesse acordo quando a Argentina se declarou neutra em 1942 diante da proposta norte-americana do continente americano lutar contra os países do eixo na Segunda Guerra Mundial.

Foi então que, em 1948, a ONU (Organização das Nações Unidas), criou a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), que faz parte das cinco comissões para o desenvolvimento econômico das Nações Unidas, tendo como sede a cidade de Santiago no Chile. Seu intuito é buscar soluções para os problemas na América Latina e propunha que o único meio para tornar-se um continente independente era industrializando-se.

A CEPAL tem exercido um papel fundamental para a elaboração de políticas voltadas para a integração econômica regional dentro da América Latina. Desde sua criação defendeu a integração como uma forma muito importante para o desenvolvimento de toda região, com

propostas que visam uma maior cooperação no âmbito macroeconômico entre os Estados envolvidos nesse processo. Além de aprofundar-se em assuntos de grande importância para a elaboração desse trabalho, como o “regionalismo aberto,” tema que será abordado mais adiante pela sua relevância dentro das Relações Internacionais.

O principal objetivo defendido pela CEPAL dentro da América Latina, segundo Braga (2002), é a necessidade da formação de um mercado comum, onde as importações fossem substituídas, através de uma decorrente industrialização, como forma de alavancar a economia da região e promover um índice de desenvolvimento considerável.

A Comissão também defendia a criação de blocos econômicos, como uma maneira de ampliar o mercado, sendo que, cada país pertencente ao bloco, buscasse especializar suas indústrias de acordo com suas necessidades e recursos naturais, fazendo com que importassem aquilo que lhes faltava e exportassem os frutos de sua industrialização, entre todos os países pertencentes ao mesmo bloco econômico. A especialização ajudaria o mercado comum a produzir em maior escala, com custos mais baixos, contribuindo também, para que os produtos não fossem somente negociados entre os componentes do grupo, chegando a ser exportado para o restante do mundo.

Na tentativa de uma maior consolidação da América Latina com as demais regiões do globo, foram criadas várias propostas para o desenvolvimento de blocos dentro do continente latino americano, baseando-se na busca crescente dos países por um maior comércio no âmbito internacional, onde pudessem obter êxitos econômicos internos e a concretização de parcerias favoráveis para este fim. Já que o cenário, neste momento, era satisfatório por estar amparado segundo as perspectivas do Acordo Geral (GATT), que tinha como meta a liberalização do comércio no plano regional e internacional.

Com este intuito foi criado a ALALC foi em 1960, na tentativa de desenvolver uma zona de livre comércio sub-regional, porém não foram levados em conta as diferenças econômica e industrial dos Estados pertencentes a região, além de não possuir uma supervisão adequada para manter o controle entre dos mesmos e a veracidade dos contratos assumidos (BARRAL, BOHRER, 2010).

Todos esses fatores contribuíram para que o bloco não se consolidasse, fazendo com que seu objetivo, que era a criação de uma zona de livre comércio, disposto no Tratado de Montevideo, se estagnasse no tempo até 1980, com a criação da ALADI, diferente da ALALC, a mesma baseava-se em conceitos menos rígidos e pensados para as condições da

região, onde sua missão era desenvolver um mercado comum latino-americano gradual e progressivo, onde cada país pudesse caminhar ao seu ritmo dentro desse processo de integração, gerando bons resultados dentro do comércio regional entre os países do bloco.

A terceira etapa, como nos relata Souza (2001), ocorre no pós Segunda Guerra entre 1960 e 1970, decorrente da ascensão de países como Japão e Alemanha e o aumento significativo da produtividade desses dois, em relação aos EUA. Tal conjuntura abre espaço para uma nova tentativa de integração, formando o Pacto Andino em 1969, composto por Bolívia, Chile, Colômbia, Peru e, em 1973 a Venezuela e o Chile passaram a fazer parte do Pacto, servindo para os países membros darem maior prioridade para uma produção regional, protegendo suas fronteiras e diminuindo as importações.

A partir nos anos 1970, não ouvia-se falar com tanta intensidade em integração regional na América Latina, segundo Braga:

“[...] podemos citar a perda da capacidade da CEPAL em influenciar o pensamento econômico na região [...] Mas sem dúvida o principal problema enfrentado pelo processo de integração latino-americano diz respeito ao quadro de instabilidade nas condições macroeconômicas dos países envolvidos a partir dos anos 70, condições estas agravadas nos anos 80. Tais problemas acabaram por reduzir ainda mais a disposição em se construir um mercado comum na região, pelo menos até a segunda metade da década de 80, quando se inicia o processo de criação do MERCOSUL, que só mostra sinais de consolidação a partir dos anos 90, justamente quando se vislumbram perspectivas de uma maior estabilidade econômica na região, particularmente no que diz respeito à inflação.” (BRAGA, p.09, 2002).

Para a CEPAL, esse grande impasse que desestabilizou o processo de integração regional na América Latina, decorreu por instabilidades macroeconômicas, causando um grande desequilíbrio no processo de cooperação, devido a dívidas que haviam contraído e pela inflação, como citado acima por Braga (2002).

A partir dos anos 1990, com a instabilidade macroeconômica solucionada, várias perspectivas passaram a ser criadas, surgindo a necessidade de se estabelecer novas propostas para a consolidação econômica e política desta região no mercado internacional. Para isso foram elaboradas pela CEPAL novas propostas, visando atingir o comércio mundial, no contexto de ressurgimento do regionalismo e da globalização.

Foi então, que em 1994, foi criado pela CEPAL o conceito de “Regionalismo Aberto”, que tem como objetivo:

(...) fazer da integração um alicerce que favoreça uma economia internacional mais aberta e transparente, em vez de ela se converter num obstáculo que a impeça com isso restringindo as opções ao âmbito dos países

da América Latina e Caribe. Isso significa que os acordos de integração devem tender a eliminar as barreiras aplicáveis à maior parte do comércio de produtos e serviços entre os signatários, no contexto de suas políticas de liberalização em relação a terceiros, ao mesmo tempo em que é favorecida a adesão de novos membros aos acordos (CEPAL, 1994, p.945).

Podemos observar, através das propostas elaboradas pela CEPAL, que o regionalismo aberto tem como objetivo, tornar o comércio desses países mais dinâmico, podendo assim, competir dentro do cenário mundial e principalmente adquirir um melhor conceito global.

Outro objetivo importante é a transnacionalização de indústrias nacionais, passando a se inserir em outros países da região, assim como a recepção de indústrias estrangeiras que instaladas nos países latino-americanos, poderiam ampliar relações e diminuir custos entre os mesmos.

Porém, a grande preocupação da CEPAL nesta fase, era novamente no âmbito macroeconômico, devido a isso foi necessário que a integração não tivesse total atuação por parte dos governos e sim, uma maior participação por parte do setor produtivo dos países pertencentes aos blocos regionais, colaborando para um maior fortalecimento das relações empresariais dentro do mercado integrado.

A CEPAL, não exerce somente um pensamento protecionista na América Latina, como também visa uma maior abrangência de seu mercado internacional, apostando em interesses políticos e econômicos extra-bloco. Vemos através disso, a grande importância do pensamento da Comissão para o desenvolvimento dessa região, até os dias atuais e também para um maior entendimento do regionalismo latino-americano.

A quarta e última “onda” ocorre nos anos 2000 tendo como marco a abertura dos mercados regionais, favorecendo a uma maior integração com países próximos e possibilitando que os EUA passassem a atuar de forma direta nessas áreas. Porém o neoliberalismo trouxe consigo a inserção de governos progressistas na América do sul que passaram a lutar contra essa corrente que estava trazendo crises econômicas para a região (SOUZA, 2001).

Com a entrada de governos progressistas no poder de alguns países da América do Sul, a ALCA (Acordo de Livre Comércio das Américas) proposta pelos EUA, a fim de ter acesso livre nas Américas, passou a ser contestada. Colocando-se contra a ALCA, os países latino-americanos buscavam além de uma integração econômica, uma integração política, social, física, onde as pessoas pudessem ter livre acesso aos bens e mercadorias, assim como manterem uma integração energética. Com isso foram criadas várias propostas para a

aproximação desses países. Surgiu a UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) e a ALBA (Aliança Bolivariana para as Américas) que são projetos que propõem a cooperação política entre os países membros.

A CELAC - Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos foi criada no México em 2010, e teve origem na “Declaração da Cúpula da Unidade”, no qual fazem parte todos os países da América Latina e Caribe, na tentativa de ampliar relações políticas e a cooperação entre os membros.

A dimensão política da CELAC partirá da base construída pelo Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, estabelecido no Rio de Janeiro em 1986 e conhecido como Grupo do Rio. Concebido como instrumento de articulação política de alto nível, o Grupo do Rio atuou tradicionalmente na consolidação da democracia, tendo como pressuposto o bem sucedido trabalho diplomático dos Grupos de Contadora e de Apoio em favor da paz na América Central. Sua interseção com a CALC (Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento) é natural, uma vez que, por ser um foro de discussão política, o Grupo do Rio sempre prescindiu de atuação mais aprofundada na área econômica e de formas institucionalizadas de cooperação.

Todo processo de integração regional tem como objetivo juntar diversas nações com o intuito de defenderem um interesse em comum, seja ele político, econômico ou social, além de ser um caminho para a superação de problemas comuns que possam afligir os Estados.

Segundo Carvalho (2002), as vantagens de um processo de integração são consideráveis, e parte dos Estados modernos tem consciência disso, tanto que alguns arranjos são criados com estruturas de poder decisórios e compromissos viáveis, visando o crescimento dos membros; outros, porém são conduzidos com uma maior precaução, levando em consideração circunstâncias econômicas.

Além disso, nota-se que muitos dos processos de integração regional existentes acabaram buscando inspiração no modelo de integração europeu, onde existe uma compatibilização das políticas adotadas:

Muitos dos processos de integração regional buscam inspiração no modelo europeu, hoje aperfeiçoado sob a denominação de União Europeia (UE); onde o adiantado grau de compatibilização das inúmeras políticas dos países membros por intermédio das forças supranacionais é demasiado impressionante (CARVALHO, 2002, p. 61).

Nota-se que um dos grandes aparatos utilizados pela cooperação europeia até a Primeira Guerra Mundial estava ligado em buscar e atender os interesses políticos dos países

membros, isso porque apesar das divergências destes a ideia de “união entre os povos” e a necessidade de defesa contra os inimigos externos encontrava grande fundamentação no modelo de integração europeu.

No entanto, a instabilidade econômica ocasionada pela Segunda Guerra Mundial levou muitos países europeus ao colapso, o que acabou comprometendo as relações entre os mesmos, além de criar um ambiente de hostilidades:

Até a Segunda Guerra Mundial, a Europa estava condicionada a olhar para além das fronteiras, somente com o fim da hegemonia europeia e a emergência de novas potências é que se aposta na integração. Os antigos desejos de unificação consequentemente ganharam força, já que as economias estavam destruídas e os despojos de guerra eram disputados entre Estados Unidos e União Soviética. Em setembro de 1946, Churchill, propõe a criação dos Estados Unidos da Europa, proposta que teve grande impacto em face do desejo de paz e da necessidade de uma reestruturação econômica (CARVALHO, 2002, p.68).

O que se percebe é que toda carga histórica conflitiva que ocorreu na Europa tornou-se um fator determinante na tomada de qualquer decisão no contexto plurilateral; além de influenciar a formação das Comunidades Europeias, e posteriormente a União, sendo que não menos importante o fator econômico divide o grau de importância com o fator político.

Dentro da América Latina, apesar de estar baseado no modelo europeu de integração e sofrer grandes influências do mesmo, percebemos algumas diferenças. Estas fundamentam-se em aspectos políticos e econômicos, levando em conta a relevância desses fatores dentro dos respectivos processos de integração classificados com distintos graus de importância. Como podemos averiguar em Carvalho (2002):

... A primeira destas diferenças centra-se no fato de que na formação do bloco europeu, o elemento político era mais significativo ou tão significativo quanto o elemento econômico. Na América Latina, de modo contrário, o elemento político nunca foi mais vigoroso que o econômico para fins de integração entre países. [...] enquanto o processo de constituição das Comunidades Europeias esteve particularmente centrado ou condicionado por elementos de natureza política, o desencadeamento da integração latino-americana foi, “[a]o nível teórico, produto do questionamento da teoria clássica do comércio entre os países industrializados e os países produtores de matérias-primas; e foi ao nível prático imediato, produto dos efeitos negativos que o comércio internacional teve a partir dos anos 50 para as economias da região”. (CARVALHO, 2002, p.82).

Podemos então, segundo Carvalho (2002) associar o processo de integração regional como responsável pelo crescimento das relações econômicas na América Latina, além de

contribuir para o aumento de acordos comerciais internacionais, fomentando seus mercados e trazendo investimentos para dentro da região.

A ênfase no desenvolvimento econômico pode também ser observada na importância da Cepal para a constituição dos arranjos de integração na América Latina como apresenta Carvalho:

O desenvolvimento da cooperação regional no passado recente da América Latina estava ligado a reestruturação das relações econômicas internacionais. O pronunciamento a partir de posições conjuntas no âmbito da CEPAL, o papel determinante na criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), além das propostas dos países latino-americanos à elaboração de uma carta dos direitos econômicos e um código de conduta transnacional, deixavam transparecer tal entendimento. (CARVALHO, 2002, p, 82).

Todo esse processo histórico, teórico e analítico citado ao longo do capítulo é de grande importância para que possamos obter um maior entendimento do tema proposto no decorrer do trabalho e para que possamos analisar a integração em diferentes contextos, levando-se em conta as primeiras tentativas ocorridas na Europa até se expandirem para outros territórios e chegar a nosso objeto de estudo. Para que esse processo chegasse até a América Latina, foram necessárias várias adaptações de acordo com a região e seu nível de desenvolvimento. Autores passaram a pesquisar e adotar teorias que pudessem explicar a integração fora da Europa, trazendo novas perspectivas e aspirações para os Estados.

CAPÍTULO II

INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA CENTRAL

A formação de grande parte dos países da América Central e Caribe se deu a partir da exploração colonial europeia, na qual a parte continental foi colonizada por espanhóis, e as ilhas por vários países, como ingleses, holandeses, franceses e espanhóis. A partir dessa consideração, as colônias da região proporcionavam matérias-primas com menores custos para os países centrais. Desde então, a principal atividade econômica é a agropecuária, seguida pelo turismo, o extrativismo vegetal e a mineração. (CEPAL, 2001).

Na busca por maior autonomia e conquista de um espaço relevante dentro da América Latina e no mundo, os países pertencentes à América Central e Caribe iniciaram processos de integração regional. Sendo necessário que todos os países envolvidos contribuíssem de forma significativa e positiva para o crescimento e desenvolvimento gradativo da região, assumindo a responsabilidade de manter o projeto integracionista, independentemente das dificuldades que possam surgir no decorrer desse processo. Se os respectivos países assim se propuserem, obterão maiores chances de atingir sua estabilidade político-econômica interna e conseqüentemente, tornarem-se mais independentes e inseridos como possíveis negociadores no cenário externo.

Por mais que as condições sociais, políticas e econômicas não fossem as mais apropriadas para se dar início ao processo de integração regional naquele momento - onde a região encontrava-se esquecida pelos demais Estados, e sem perspectivas de propostas que fossem capazes de reestruturar seu ambiente interno - o que motivou a América Central em meados do século XX a iniciar esse projeto foram as ideias da CEPAL (Comissão para a América Latina e Caribe) e suas contribuições para que um modelo de integração baseado na trajetória dos Estados e moldado de acordo com as características da região, entrasse em ação.

Em 1951 foi elaborada a carta de San Salvador, criando a ODECA (Organização de Estados Centro-Americanos), que passou a estabelecer uma integração regional entre os Estados da Costa Rica, Nicarágua, Honduras, El Salvador e Guatemala, tornando-se dessa forma, a primeira iniciativa que propunha a integração por parte dos países dessa região.

Nos anos 1960, a assinatura do Tratado Geral de Integração entre El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, deu início ao MCCA (Mercado Comum Centro-Americano). Buscava-se através deste, uma maior aproximação dos países centro-americanos

e uma possível diminuição de gastos decorrentes da amortização de impostos, assim como proporcionando um maior “bem estar” para a população através da migração, proveniente do processo de integração entre os membros.

A proposta do MCCA dentro dos países pertencentes ao bloco era formar um mercado comum, com intuito de gerar um maior desenvolvimento industrial, diminuindo assim, a dependência desses países sobre os produtos primários, além de criar mecanismos eficientes para o surgimento de parcerias entre os produtores da região nas áreas monetárias e financeiras. Porém, podemos dizer que nesse período, o processo de integração regional era marcado por uma limitação causada pela ausência de governos democráticos em grande parte dos países membros do MCCA (CEPAL, 2001).

Em 1964, foi formalizado o projeto de união monetária, através do Acordo para o estabelecimento da União Monetária Centro-Americana, com o objetivo de promover uma harmonia entre as políticas monetárias e criar bases para torná-la cada vez mais solidificada dentro desses países. Devido a isso, a MCCA, obteve um crescimento industrial favorável nos primeiros vinte anos de sua criação, proporcionando um considerável avanço no comércio regional centro-americano (CEPAL, 2001).

Voltando-se exclusivamente para o plano político, podemos estabelecer grandes interesses para a criação do MCCA, principalmente se levarmos em consideração o conflito bélico que ocorria na região naquele momento. Com o intuito de se sobrepor a esse acontecimento, e evitar que o mesmo se agravasse, o surgimento do bloco contribuiu também de maneira satisfatória para proporcionar uma maior inserção internacional para a região (CEPAL, 2001). Porém, em 1969, o conflito entre Honduras e El Salvador, conhecido como guerra do futebol, onde Honduras impôs um embargo comercial contra El Salvador, contribuiu para o retrocesso do bloco⁷.

Após esse período de desenvolvimento, houve alguns desequilíbrios econômicos dentro das instituições responsáveis pela integração regional, decorrentes do esgotamento das reservas internacionais, fuga de capitais e desaceleração econômica, impedindo os mesmos de cumprirem com suas funções dentro do MCCA, colaborando assim, para sua desintegração econômica. Na década de 1980, houve um relativo abandono do processo de integração

⁷ Na verdade, essa rivalidade existente entre ambos países em relação ao futebol, foi apenas um pretexto para iniciarem uma guerra que possuía um caráter voltado para questões políticas e sociais. El Salvador era o país mais desenvolvido da região, devido a isso, mantinha uma posição de destaque no Mercado Comum Centro Americano (MCCA). Outra questão que alavancou os conflitos foi a reforma agrária hondurenha, que previa a expulsão de salvadorenos de suas terras para cedê-las posteriormente, a população de Honduras.

regional dentro da América Central, que poderia ser restabelecido através de um desenvolvimento econômico sustentável (CEPAL, 2001).

Esse momento de dificuldades econômicas internas foi marcado por propostas de estabilização, através da adoção de programas, voltados para ajustes por meio das instituições financeiras internacionais, no qual os países da América Central buscavam uma maior inserção da região no mercado externo, como forma de superar sua crise e conflitos internos. Buscavam assim um maior equilíbrio nos planos: político, econômico e social, e, conseqüentemente, retomar suas relações no plano regional e posteriormente dar início a uma abertura internacional.

A década de noventa, principalmente após a entrada de governos democráticos, contribuiu para a região desenvolver uma abertura estratégica de seus mercados, voltando-se, quase todos os países, para uma política de exportação e diminuição das tarifas alfandegárias, com o propósito de diversificar suas parcerias no exterior. Para estimular o desenvolvimento fora da região, foram implementados incentivos fiscais, no qual, todo investimento voltado para exportações, acarretariam em isenções de tributos, servindo como forma de fomentar a economia do mercado centro-americano, que até então, encontrava-se em déficit.

Nessa mesma década houve a reformulação do MCCA, pois os países sentiam a necessidade de continuarem se desenvolvendo e abrindo um maior espaço dentro e fora de suas fronteiras. Devido a isso, em 1991, foi assinado pelos cinco países centro-americanos em conjunto com o Panamá, o Protocolo de Tegucigalpa, dando início ao Sistema de Integração Centro-americano (SICA), com o objetivo de estimular uma integração consolidada na região, promovendo áreas que vão além das questões econômicas e comerciais, buscando trazer melhorias para a população em geral.

O SICA traz consigo uma grande revitalização para o processo de integração da região, onde todos os órgãos e instituições de integração passam a estar a ele vinculados, buscando alcançar gradualmente a União Econômica Centro-Americana.

Esse novo planejamento do processo de integração regional, contou com a prioridade dos governos em criarem o maior número de acordos comerciais na região e fora dela, servindo como forma de impulsionar o mercado interno e externo, obtendo um desenvolvimento de dentro para fora. Sendo assim, não podemos deixar de citar as negociações mantidas, a partir desse período, com o México, que segundo a CEPAL (2001), foi de grande importância para a economia centro-americana:

Así, en el marco de los acuerdos de Tuxtla (suscritos por los presidentes centroamericanos y México en 1991) se pusieron como meta mecanismos de cooperación y complementación económica que desembocarían en la formalización de acuerdos comerciales (...) Esta inserción internacional de Centroamérica se profundiza con la ampliación de las preferencias derivadas de la Iniciativa de la Cuenta del Caribe (2000) y mediante una agresiva política de firmar el mayor número posible de acuerdos comerciales (...) El proceso de complementación económica propuesto en el Acta y Declaración de Tuxtla-Gutiérrez (México, 1999) acompañaba a la negociación de acuerdos comerciales con otros seis programas (cooperación financiera, desarrollo de la oferta exportable centroamericana, cooperación en el sector primario, abastecimiento energético, fomento de las inversiones, y capacitación y cooperación técnica) (CEPAL, 2001, p. 20).

Esses tratados com o México serviram para alavancar a industrialização e aumentar satisfatoriamente a exportação dentro da América Central, com maior ênfase nas regiões da Costa Rica e Nicarágua, tendo como características os diferentes níveis de desenvolvimento existentes entre os mesmos, onde um exporta bens primários e, o outro, produtos com elevado conteúdo tecnológico, buscando beneficiar os países menos favorecidos dentro desse processo. Devido a isso, podemos notar que a partir dos anos noventa, uma reestruturação por parte dos governos centro-americanos, optando pelo desenvolvimento através da retomada do modelo de integração regional. Este foi impulsionado por várias questões, como citado:

A partir de 1990, con la Declaración de Antigua y el Plan de Acción Económico para Centroamérica (PAECA), se avanzó de manera inexorable al incorporar los temas económicos al mecanismo de diálogo de los Presidentes Centroamericanos. Cuatro principios básicos guían el desarrollo y la integración centroamericanos: a) la reestructuración, el fortalecimiento y la reactivación de la integración económica regional; b) la evolución hacia un sistema productivo integrado en el ámbito de la región; c) el replanteamiento de la problemática de la deuda externa, y d) la distribución más equitativa de los costos sociales de los ajustes de las economías. 20 En la Décima Cumbre (1991) se suscribió un acuerdo multilateral transitorio para armonizar y multilateralizar los acuerdos bilaterales de comercio que Honduras mantuvo con posterioridad a 1969 con los otros países centroamericanos. También se suscriben acuerdos bilaterales de libre comercio irrestricto entre Honduras, El Salvador y Guatemala. Finalmente, en diciembre del mismo año se suscribe un protocolo adicional a la Carta Constitutiva de la Organización de Estados Centroamericanos (ODECA), el llamado protocolo de Tegucigalpa, mediante el cual se establece el Sistema de la Integración Centroamericana (SICA). (CEPAL, 2001, p. 23, 24).

O grande objetivo centro-americano é atingir o mercado externo e não apenas permanecer como uma união econômica intrarregional, porém para que isso ocorra, deve haver um aperfeiçoamento progressivo dos mecanismos de integração e o fortalecimento do multilateralismo dentro da região, destacando-se ainda outros fatores importantes como a

superação da pobreza, a promoção de um desenvolvimento sustentável em todos os setores, levando em conta os fatores decorrentes do processo ocasionado pela globalização.

Participar de um processo de integração regional pode ser considerado bastante vantajoso, pois existe a possibilidade da negociação dos acordos comerciais ocorrerem através dos blocos, gerando maiores benefícios para as partes envolvidas, uma vez que os mesmos possuem maior poder de barganha. No caso da América Central, pelo fato dos países serem pequenos e com economia pouco favoráveis, o projeto integracionista torna-se muito importante para fomentar o desenvolvimento da região e acima de tudo, aquecer seu relacionamento com parceiros comerciais extra-regionais, que seriam de difícil alcance sem os acordos.

O DR-CAFTA é considerado o acordo comercial mais relevante e foi assinado em 2004 pelos países da América Central continental, a República Dominicana e os EUA, estabelecendo entre os mesmos uma área de livre comércio, além de incluir outros serviços como: telecomunicações, entrega expressa, serviços de computação, turismo, energia, transporte, construção e engenharia, serviços financeiros, seguros, audiovisual e entretenimento, serviços profissionais, ambientais, entre outros.

O processo de integração intrarregional trouxe muitos benefícios para região. Analisando o período entre 1994 e 2004, as exportações que ocorreram entre os cinco membros do MCCA aumentaram satisfatoriamente, chegando a triplicar os níveis de produtos exportados no ano de 2004, destacando-se além de commodities outros produtos como: medicamentos, máquinas, equipamentos elétricos, ferro e aço e combustíveis. (Fonte: Secretaria de Integración Económica do MCCA).

Após uma breve menção a alguns blocos dentro da América Central, e compreendermos o processo de integração através das análises acima citadas, passamos, então, a dedicar um maior espaço dentro deste trabalho ao CARICOM (Comunidade do Caribe), que é nosso principal bloco a ser analisado.

CAPÍTULO III

CARICOM: UMA ANÁLISE DE SUA FORMAÇÃO E SUAS PARTICULARIDADES

3.1 A integração regional no Caribe e o CARICOM: Retomada Histórica

É importante levar em consideração que o fato dos países dessa região serem muitos pequenos, acabou impulsionado as iniciativas de integração que datam pelo menos quinze anos antes do surgimento do CARICOM:

Em 1958, surgiu a Federação das Índias Ocidentais, tendo se originado sob a influência britânica e implementada "de baixo para cima", sem levar em conta aspectos específicos políticos e econômicos relativos aos Estados caribenhos envolvidos. A West Indies Federation durou somente até 1962, basicamente em decorrência de tendências nacionalistas entre os países e falta de privilégios tarifários, já que nem mesmo a União Aduaneira chegou a ser instituída. A independência da Jamaica e de Trinidad e Tobago da Comunidade Britânica em 1962 também foi fator de diluição desse arranjo. Em 1965, foi estabelecido um outro Tratado, o de Dickenson Bay (Antígua), entre Antígua e Barbuda, Barbados e Guiana, criando a CARIFTA: Caribbean Free Trade Association. Posteriormente, iriam fazer parte do bloco: Anguilla, Dominica, Granada, Jamaica, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, Montserrat, São Vicente e Grenadines, e Trinidad e Tobago. O CARIFTA não logrou êxito em seu empreendimento, não ocorrendo nem o fluxo nem a coordenação de políticas relativas a capitais, mão-de-obra, indústria, agricultura, entre outros temas propostos. No entanto, ele foi visto por muitos chefes de Estado da região como um passo importante para a formação de um futuro Mercado Comum Caribenho. Em 1970, com a possibilidade da entrada da Grã Bretanha na Comunidade Econômica Européia, os Estados do CARIFTA perceberam mais claramente a vulnerabilidade da dependência relativa à esse país. No final de 1972, decidiu-se ir adiante com a idéia da criação do Mercado Comum Caribenho, dentro de uma Comunidade Caribenha, e em Agosto de 1973 entra em vigor o Tratado de Chaguaramas, assinado pelos quatro países independentes já mencionados: Barbados, Jamaica, Guiana, e Trinidad e Tobago. Vinte e cinco anos depois, o número de países havia subido para quinze originando o CARICOM que tem como meta a integração e a coordenação das políticas e interesses dos seus Estados membros — especialmente no âmbito externo. Tendo como vizinhos grandes blocos econômicos — o NAFTA e o MERCOSUL — o CARICOM busca um maior poder de voz para seus representantes, relativamente ao que teriam se seus membros agissem individualmente, de modo a buscar um maior poder de barganha nas diversas instâncias de negociação (FARIAS, 2000, p.03-04).

O CARICOM (Comunidade do Caribe) surgiu em 4 de julho de 1973, partindo do CARIFTA (Associação de Livre Comércio do Caribe), pelo Tratado de Chaguaramas, são seus membros: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana,

Haiti, Jamaica, Montserrat, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago e os países associados: Anguilla, Bermuda, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Cayman e Ilhas Turc e Caicos, como podemos observar na figura abaixo. O bloco não apenas visa relações políticas e econômicas entre os países caribenhos, como também possui uma visão social e geográfica, com a finalidade de aproximar os países dessa região melhorando suas relações uns com os outros e fazendo com que esses países possuam maior autonomia dentro e fora de suas extensões.

Vários tratados anteriores ao CARICOM foram estabelecidos. Porém nenhum teve uma longa duração, devido ao fato de não terem aspectos que suprissem a necessidade dos Estados envolvidos, como é o caso da Federação das Índias Ocidentais, formado em 1958, foi dissolvido em 1962, por não haver sido instituída nenhum tipo de acordo tarifário entre os países membros. No ano de 1965, o Tratado de Dickenson Bay, entre Antígua e Barbuda, Barbados e Guiana, deu início ao CARIFTA: Caribbean Free Trade Association. Outros países passaram a fazer parte do bloco após sua formação: Anguilla, Dominica, Granada, Jamaica, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, Montserrat, São Vicente e Grenadines, e Trinidad e Tobago. O CARIFTA não obteve o êxito planejado, porém serviu para impulsionar a formação do Mercado Comum Caribenho. Em 1973 é assinado o Tratado de Chaguaramas por Barbados, Jamaica, Guiana, e Trinidad e Tobago. Em 1998, o número de países se elevou, dando origem ao CARICOM e os seus projetos voltados para a integração dos seus membros no cenário internacional (FARIAS, 2000).

Figura 1: Países Membros CARICOM



Figura 1: Países Membros CARICOM

Fonte: HERITAGE.ORG (2012)

Esses países exportam apenas produtos primários, não tendo alternativa, senão importar parte dos bens de consumo próprio. Cabe mencionar que outras fontes de capital da região, provem do turismo. Tal condição periférica no sistema internacional figura-se como um dos principais motivos da iniciativa de integração, com a intenção de proteger suas economias e territórios, além de depender cada vez menos de produtos vindos de países de fora da região caribenha.

No entanto, antes de analisarmos o CARICOM e toda a sua estrutura é importante salientar, que alguns fatores como os conflitos internos que ocorreram em alguns países membros entre os anos de 1980 a 1983 quase levaram a extinção do bloco.

Deve ser levado em consideração, o momento em que quase ocorreu a extinção do bloco em 1983, devido a invasão de Granada pelas forças norte-americanas. De acordo com Farias (2000) no ano de 1979, cinco anos após a independência da ilha caribenha, Maurice Bishop assumiu a liderança do país, sendo ele de orientação socialista, onde o mesmo iniciou um processo de aproximação com Cuba e com a União Soviética. Em 1983, radicais, também da "esquerda", promovem um golpe e fuzilam o Primeiro Ministro Bishop.

Nesse mesmo ano, ocorre a invasão norte-americana, preocupada com a consolidação de um governo comunista na ilha. No entanto, o principal problema que afetou o

CARICOM, não está ligado diretamente á invasão externa dos norte-americanos, mas sim os diversos conflitos internos que ocorreram entre os países membros, dos quais podemos destacar: Jamaica, Barbados e Dominica que eram simpatizantes do socialismo, além de Granada, Guiana, e Santa Lúcia.

Para Farias (2000, p. 04) a partir do assassinato de Bishop e a tomada do governo granadense por radicais, ocorre á invasão. Os conflitos políticos entre os líderes dos países membros do CARICOM tornam-se ainda mais graves. A OECS — *Organization of Eastern Caribbean States* — formada em 1981, por Antígua e Barbuda, Dominica, Granada, Montserrat, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia e São Vicente, teve um papel importante na invasão. Alguns países membros da OECS se envolveram na invasão, no entanto, nem todos os países membros da organização apoiaram a ação, o que acarretou uma profunda divisão, tanto dentro da OECS quanto dentro do CARICOM.

No entanto, podemos evidenciar que um dos primeiros países que reagiram frente à invasão foi o Suriname:

Um dos primeiros países a "reagir" ante a invasão foi o Suriname que, p que, poucas horas após a invasão, anunciou na televisão que o embaixador cubano teria seis dias para sair do país e que 25 diplomatas e oito consultores cubanos deveriam também sair do país. O Suriname havia desenvolvido uma aproximação com o regime de Castro, através de laços econômicos, culturais e militares; no entanto, após a invasão de Granada, o governo do General Bouterse passou a temer que os cubanos estivessem exercendo influência demais no seu país, e temeu que acontecesse à ele e ao seu governo o mesmo que acontecera com Bishop e a conseqüente invasão das tropas americanas, já que o General acreditava que os cubanos tiveram responsabilidade no derramamento de sangue granadense. No entanto, mesmo que as ações de Bouterse tenham coincidido com a invasão e por elas tenham sido influenciadas, a decisão de reduzir a presença cubana já havia sido decidida antes de 25 de Outubro de 1983 (FARIAS, 2000, p.04 -05).

Diante do exposto, percebe-se que as invasões que ocorreram dentro dos países membros, acabaram acarretando uma divisão dentro do próprio CARICOM ocasionando alguns conflitos internos, que só se amenizaram em meados dos anos de 1985-86, dificultando a tomada de decisões o que acabou contribuindo para uma consolidação tardia do bloco.

A formação de um bloco intra-regional foi o principal meio encontrado pelos membros como forma de enfrentar e superar os problemas causados pela grande dependência em relação aos EUA, a baixa produtividade e o alto nível de importações de bens para o próprio consumo. A perspectiva adotada defendia que os países caribenhos obteriam maiores chances de alcançar um crescimento sustentável de suas respectivas economias, assim como,

expandirem seus mercados, através de um aumento de produtividade, ocasionando dessa forma um crescimento industrial diversificado apto para exportação em alta escala.

Espera-se, em longo prazo, através desse processo, atingir um crescimento econômico considerável, mais empregos e melhores condições para a população, além de um melhor aproveitamento dos recursos humanos e naturais que a região dispõe.

Podemos notar claramente que os objetivos e expectativas que a integração regional trouxe para a região, são sem sombra de dúvidas esperançosas, trazendo consigo várias oportunidades de desenvolvimento para o território e conseqüentemente, para os cidadãos. Como consta no mandato do CARICOM: “Nuestra Misión es proveer de servicio y liderazgo dinámico, en asociación con las Instituciones de la Comunidad y grupos, para la obtención de una viable, internacionalmente competitiva y sostenible Comunidad, que mejore la calidad de vida para todos”.

Outro motivo que estimula que esses países se integrem é o fato de serem muito pequenos. Tal condição faz com que tenham pouca visibilidade externa e conseqüentemente, reduzidos mecanismos de ampliação de seus mercados. Com isso passam a buscar formas de tornarem-se mais autônomos e serem vistos com bons olhos por investidores capazes de fomentar as relações comerciais da região, adquirindo meios para o desenvolvimento de diversos setores.

Logo, o processo de integração regional foi a forma mais viável para desenvolver a região do Caribe. Unindo-se, aumentam sua capacidade de produção e posteriormente, possuem mais chances de inserção no cenário internacional, ocasionando um maior reconhecimento e possíveis parcerias por parte de outros países.

A partir de 1989, os países da América Central e Caribe sentiram a necessidade de expandir seus mercados para fora de seu território, isso devido ao processo de globalização passando a exportar seus produtos principalmente para os Estados Unidos e Europa. Outra solução que a princípio gerou grande expectativa foi o “modelo portorriquenho de industrialização”, adotado em 1950, no qual o principal teórico e difusor do modelo foi William Arthur Lewis. Esse modelo consistia em empresas estrangeiras passarem a se instalar nos países membros com o intuito de gerar maior capital para a região. Porém o que ocorreu não foi o esperado, não diminuiu o desemprego e o setor agropecuário se tornou cada vez mais controlado pelo capital estrangeiro.

Desde sua formação em 1973, os países caribenhos têm firmado vários acordos comerciais entre os países membros do CARICOM, destacando-se os realizados com a República Dominicana, em 1998, tratando-se de ampliar vantagens em termos de acesso a mercado em ambas as partes e o acordo de livre comércio com a Costa Rica, em 2004.

Conforme o autor Eduardo Biacchi Gomes (2010), o tratado do CARICOM está dividido em nove protocolos que visam todas as questões que envolvem bens, pessoas serviços e capitais, além de possuir várias esferas de institucionalidade como: Conferência composto pelos chefes de Estado ou representantes; Conselho onde fazem parte Ministros de Relações Exteriores dos Estados membros ou outros representantes com indicação do Estado; Parlamento que é composto por quatro representantes de cada Estado-membro. Assim como outros órgãos que dão auxílio á Conferência: Conselho de Comércio e Desenvolvimento Econômico; Conselho de Relações Exteriores da Comunidade; Conselho de Desenvolvimento Humano e Conselho de Finanças e Planejamento.

Um órgão de grande importância que também faz parte do CARICOM é o Secretariado, que promove pesquisas sobre integração, cuida das reuniões e guarda documentos importantes. E por último, a Comunidade organizada por órgãos colegiados que desenvolvem trabalhos em áreas específicas: Conferência de Ministros responsáveis pela Saúde, Educação, Trabalho, Assuntos Estrangeiros, Finanças, Agricultura e Minas.

Com o propósito de impulsionar a economia entre os países membros e abrir as regiões fronteiriças, em julho de 2001 o Tratado de Chaguaramas, que deu origem ao bloco, foi revisado. Buscando promover progressivamente a atual união aduaneira em Mercado Comum e futuramente, em União Econômica. Com essa revisão foi criado o CSME (Mercado e a Economia Comuns do Caribe), trazendo novas propostas com caráter bem ambicioso em sua pauta, destacando-se: a livre movimentação dos fatores de produção, inclusive mercadorias, serviços, tecnologia, capital e trabalhadores, além da coordenação de políticas macroeconômicas e a uniformização das leis e instituições.

No ano de 2005, foi estabelecido em Trinidad e Tobago, a Corte Caribenha de Justiça, com a pretensão de consolidar-se como tribunal de última instância das justiças nacionais dos países-membros, garantindo assim, que a versão revisada do Tratado de Chaguaramas, passe a ser devidamente aplicada.

Assim, como outros blocos de integração alguns membros do CARICOM apresentam algumas especificidades como nos apresenta Farias:

(...) o CARICOM é formado por 15 países. No entanto, numa perspectiva maior, apresentam algumas peculiaridades que valem ser mencionadas. Uma dessas peculiaridades é o caso das Bahamas que, apesar de pertencerem à Comunidade, não pertencem ao Mercado Comum. Uma razão para essa exclusão reside no fato das Bahamas, apesar de serem um paraíso fiscal, com intenso fluxo turístico e PIB relativamente alto, não se caracterizam como grande produtora de produtos comercializáveis, tendo assim suas receitas oriundas basicamente de serviços, não de comércio, agricultura ou indústria. Montserrat é outro país que tem uma característica peculiar: é o único membro não-independente do CARICOM, sendo ainda uma dependência britânica. Portanto, a participação de Montserrat no âmbito do CARICOM nos próximos anos tenderá a ser mais pro forma, provavelmente se relacionando com os países do bloco apenas como recebedor de ajuda. Existem também outros países ligados ao bloco, em situação de Observadores ou de membros Associados. No primeiro bloco estão: Anguilla, Antilhas Holandesas, Aruba, Bermuda, Colômbia, Ilhas Cayman, México, Porto Rico, República Dominicana, Venezuela; no segundo estão as Ilhas Virgens Britânicas, e as Ilhas Turks e Caicos (GB). Além dessas categorias, dentro do Mercado (onde se excetuam as Bahamas), existe uma subdivisão entre os que são considerados os Países Mais Desenvolvidos e Menos Desenvolvidos: os Mais são Barbados, Guiana, Jamaica, Suriname, e Trinidad e Tobago, todos os outros pertencendo à condição de menos desenvolvidos. (FARIAS 2000, p. 49-50).

É evidente a importância do processo de integração no Caribe, uma vez que contribui para seu crescente desenvolvimento. Como relata Lopes (2012):

(...) assim como toda a América Latina, entre 2005 e 2008, o Caribe registrou taxas recordes de crescimento como Trinidad Tobago (51%), Jamaica (50%), Bahamas (30%), Barbados (18%) só para citar as economias mais expressivas (CEPAL, 2010a). Sem dúvida, é muito difícil diminuir a vulnerabilidade da região diante das instabilidades internacionais, dadas às limitações financeiras e mesmo geográficas regionais. A integração pode minimizar esse quadro, mas mesmo essa se mostra com alcance relativamente limitado. Talvez, no futuro, possa estreitar o relacionamento com os vizinhos da América Central, seja mediante acordos comerciais ou mesmo por processos de integração, complexos de serem estabelecidos, porém, não impossíveis. (LOPES, 2012, p.89).

Nesse trecho o autor deixa claro que o processo de integração torna-se relevante para o crescimento da região, porém esclarece que para que ocorra de forma a trazer benefícios consideráveis, os mesmos devem possuir um relacionamento mais estreito com países vizinhos da América Central. O que também contribuiria para fortalecer e ampliar as parcerias estratégicas de toda a América Latina, viabilizando melhores acessos aos meios de produção, negociação e rentabilidade dentro do continente.

Podemos estabelecer duas etapas dentro do CARICOM desde sua formação. A primeira marcada pela crise na década de oitenta, ocasionando, como já vimos anteriormente,

o congelamento do processo de integração regional. Esse movimento fez com que o Mercado Comum do CARICOM não fosse implantado naquele momento, passando essa fase com grandes dificuldades, porém, não deixando de existir, apesar de todas as circunstâncias.

A segunda etapa que ocorreu a partir de 1989, transformou a política de funcionamento dentro do bloco, visando revigorar seu projeto integrador na região, assim como estabelecer relações com mercados externos, passando de uma fase de proteção a uma fase de ampliação e liberalização. Enfim, podemos aqui relacionar essa segunda etapa com o regionalismo aberto, analisado no primeiro capítulo baseado no pensamento cepalino.

O bloco ainda se depara com grandes problemas, se comparados a outros que conseguiram, diferentemente do CARICOM, acompanhar o processo de globalização de maneira ágil e promissora. Haja vista, que grande parte dos países membros do CARICOM possuem problemas muito semelhantes que Farias (2000) nos apresenta: pouca produção em escala, dependência dos mercados externos, pequena área territorial, problemas sociais como desemprego e pobreza, pouca diversificação na pauta de exportação, etc.

Dessa maneira, o que se percebe é que o CARICOM é um processo de integração que visa contribuir não apenas para o desenvolvimento dos países membros, através da integração comercial, mas também para administrar as diferenças e a pequena dimensão dos mercados.

Os países membros do bloco ainda necessitam implementar vários mecanismos que assegurem a vigência dos acordos estabelecidos até então, bem como criar uma autoridade supranacional capaz de gerar maior legitimidade dentro das instituições integracionistas. Necessitam também reformular suas estratégias econômicas e estruturais, de modo que passem a diversificar seus produtos a serem exportados e conseqüentemente, receberem maiores investidores estrangeiros, aumentando o nível de desenvolvimento regional.

Porém todos esses aspectos acima citados necessitam para que ocorram de forma eficaz, de uma maior aproximação da América Central e do Caribe com os demais países da América Latina. Isso se dá através de parcerias e acordos em comum, beneficiando o crescimento das relações centro-americanas e ocasionando o desenvolvimento da América Latina em todas suas extensões.

3.1 CARICOM: crescimento e solidificação

Como vimos no primeiro capítulo desse trabalho, o processo de globalização favoreceu a formação de blocos de integração, isso devido à interdependência que passou a se estabelecer entre os países, e a necessidade de promoverem alianças para aumentarem suas autonomias e facilitar relações que vão além de suas fronteiras.

Através das análises feitas até o devido momento, podemos notar várias etapas ocorridas dentro do processo de crescimento e solidificação do CARICOM, e conseqüentemente, observar as relações obtidas entre os países pertencentes ao bloco, tanto no nível interno, quanto externamente, no decorrer dos anos.

Podemos observar que para chegarem até a criação do CARICOM, seus países membros sofreram processos de transição, levando-se sempre em consideração a necessidade de acompanharem as transformações do mercado, como principal aliado para um desenvolvimento satisfatório da região, buscando uma projeção de seu comércio e fomentando suas economias.

Sabemos que essa missão não é relativamente fácil, principalmente se levarmos em conta as características de cada país pertencente ao bloco, porém considera-se de grande relevância para a América Central e Caribe esse projeto de unificação através de um bloco político e econômico, servindo de base para alcançarem uma maior autonomia, buscando em conjunto, formas viáveis para obtenção de maiores parcerias, aumentando dessa forma, seus níveis de exportação, e procurando diminuir em grande parte seus índices de importação, que são elevados, trazendo grandes prejuízos para os países e travando uma maior dependência dos mesmos a outras áreas, como podemos notar no quadro 1:

Quadro 1: Exportações totais e inter-regionais do CARICOM (Em milhões de dólares, FOB e porcentagens)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Exportações Total	4.762	4.771	4.875	4.837	5.933	6.211	n.d.	n.d.
Exp. Dentro CARICOM	555	463	467	551	587	815	n.d.	n.d.
% Exp CARICOM/Total	11,7	9,7	9,6	11,4	9,9	13,1	n.d.	n.d.

Fonte: BID. Integração e Comércio na América. Dezembro de 1998

Se passarmos a analisar os países membros do CARICOM antes da formação do bloco até os dias atuais nota-se um crescimento significativo de suas economias e um maior investimento no setor agrário, onde anteriormente, tal atividade era escassa e o que predominava era apenas o turismo. Atualmente essas duas atividades passaram a contribuir para o crescimento econômico do bloco, trazendo novas oportunidades para a população.

Outros projetos que beneficiam os membros estão em andamento, com o intuito de trazer melhorias e maior qualidade de vida a todos os países pertencentes à Comunidade do Caribe, como podemos citar o Programa de Desenvolvimento de Energia Renovável Caribenha; Programa de Adaptação à Mudança Climática e o Programa de Informação e Comunicação Tecnológica.

Todos esses projetos foram criados para contribuir com o desenvolvimento sustentável da região, buscando sempre acompanhar o processo de globalização e promover a integração regional do CARICOM.

O Programa de Desenvolvimento de Energia Renovável Caribenha é uma iniciativa dos Ministros das Energias do CARICOM. São trinta países que fazem parte desse projeto, promovendo o aumento do consumo das energias renováveis, reduzindo, gradativamente a emissão de gases dentro da atmosfera.

Já o Programa de Adaptação à Mudança Climática busca medidas que permitam um desenvolvimento sustentável, através de estratégias que visam respeitar o meio ambiente. Informação e Comunicação Tecnológica são programas que foram criados para facilitar o processo de integração do Mercado Económico e Comum do CARICOM, devido a grande importância que a informação, a comunicação e a tecnologia têm no processo de globalização para os setores produtivo, comercial e financeiro.

Esses programas dentro do CARICOM nos mostram o interesse do bloco nos assuntos de grande ênfase e preocupação da atualidade, revelando, com isso, um enfoque direcionado em dinamizar a instituição.

Todos os países pertencentes à Comunidade são considerados de pequeno porte e pouco vislumbrados pelo sistema internacional para possíveis investimentos, pelo fato de possuir um pequeno PIB e baixa rentabilidade econômica. Por esse fato, notamos grandes dificuldades de desenvolvimento do bloco em questão, principalmente tratando-se de questões sociais, voltadas para a implementação da saúde, da educação e o combate à criminalidade,

que ocorre em grande proporção nessas áreas. Esses são temas que afetam diretamente na prosperidade do bloco, onde podemos considerar tais aspectos como uma das suas falhas mais graves, podendo levar a um futuro comprometimento estrutural do mesmo.

Apesar de todos os fatores até aqui analisados, podemos considerar a Comunidade Caribenha como sendo de grande relevância para o crescimento econômico, político e social da região, trazendo visões que vão além do bloco e proporcionando aos países membros fomentarem suas economias com atividades que vão além do turismo, criando maiores oportunidades para a população e estabelecendo vínculos com os demais países do bloco.

Com o compromisso de estabelecer entre os membros uma relação coordenada e voltada para a promoção de sua política externa, no início de sua criação, o CARICOM passou a ter uma visão que vai mais além de blocos anteriores com relação a busca por parcerias ou investimentos estrangeiros que viessem a colaborar com o crescimento da Comunidade e trazer benefícios para a região.

Outros importantes benefícios foram conseguidos para a região através de esforços do bloco. A questão do novo Acordo de Direito do Mar e a inauguração, em 1994, da Oficina Internacional do Mar, com sede em Jamaica é um exemplo que podemos citar com respeito às conquistas do bloco, passando a não ser visto somente pelas belas praias e pelo turismo, como consta nessa citação do livro "CARICOM en la integracion de los estados caribeños":

"La región del Caribe frecuentemente ha sido recordada simplistamente como un rincón histórico, como mero destino de los turistas, cuyas principales ofertas son el mar, el sol y la arena", expresó el Primer Ministro de Trinidad y Tabago, A.N.R. Robinson, haciendo un recuento en octubre de 1987 ante la Asamblea General de las Naciones Unidas en Nueva York. "Ahora la realidad es que la región, desde el punto de vista geográfico, histórico y cultural, constituye un vínculo entre el Norte y el Sur y entre el Este y el Oeste, y que ha desempeñado un papel en los asuntos internacionales y continúa desempeñándolo en medida fuera de toda proporción con nuestra extensión y población." El homólogo jamaicano de Robinson, Edward Seaga, afirmó que el Caribe, pese a su posición e intereses especiales, en el pasado había sido considerado por la comunidad internacional desde el punto de vista geopolítico, solamente como parte de América Latina y que, debido al gran número de Estados independientes que actualmente hablan con voz soberana, la región se conoce entretanto como "América Latina y el Caribe". (Christoph Müllerleile, 1995, p.164).

3.2 CARICOM: desdobramentos e perspectivas

Ao observarmos a atuação do CARICOM frente aos países dessa região percebe-se que os ganhos econômicos podem ser considerados positivos. Haja vista, que esses países antes eram vistos com uma possibilidade de crescimento limitado justificado pelo fato de serem países geograficamente muito pequenos.

Um dos objetivos do CARICOM a ser destacado é o estabelecimento de uma moeda única entre os países membros, cujo intuito é reforçar economia da região e diminuir as desigualdades existentes. No entanto, essa moeda ainda segue em fase de estudo e análise pelo conselho, pois a adoção de uma moeda única envolve diversos processos.

Outra característica presente no CARICOM que merece ser destacada é o fato do bloco ter uma preocupação excessiva com as questões de ordem econômica. Mesmo que o bloco tenha desenvolvido ações e projetos que visem melhorar o bem estar da população e o desenvolvimento de seus membros, percebe-se que as questões econômicas se sobressaem as questões de foro Social.

O CARICOM desenvolve projetos que se preocupa com o clima, com as energias renováveis: tais como Programa de Desenvolvimento de Energia Renovável Caribenha. Apesar desses projetos demonstrarem que a organização tem se preocupado com temáticas da atualidade, revelam no entanto, que as necessidades imediatas dos países não são alvo de ações. As populações dos países membros sofrem com a ausência de atendimento em questões como saúde, segurança, educação e garantia das necessidades básicas para sobreviver.

Nesse sentido, podemos destacar o fato de que parte dos países membros acaba tendo grandes prejuízos ocasionados pelos desastres e catástrofes naturais, isso devido à localização dos mesmos ser em uma região onde os fenômenos naturais são devastadores. Com o intuito de minimizar esses problemas o CARICOM poderia investir em projetos de prevenção de catástrofes, bem como contribuir nos projetos de infraestrutura das cidades, visando diminuir os estragos ocasionados pelas catástrofes.

Além disso, outra questão que merece destaque são os planos de segurança, pois parte dos países membros sofrem com a criminalidade e alguns apresentam um nível muito alto se comparado aos níveis mundiais. Pois mesmo que os países consigam alcançar um crescimento econômico considerável, os danos causados pelos atos de criminalidade deixam grandes prejuízos.

Como foi possível perceber ao longo deste trabalho a formação do CARICOM é resultado do crescente desenvolvimento e comércio dos países membros. Além disso, o bloco apresenta uma grande preocupação em manter uma base econômica e promover futuros negócios a nível internacional e reforçar a sua legitimidade regional.

No entanto, questões que devem ser levadas em consideração como a Educação, a qualidade de vida e a segurança não tem sido recebida a devida atenção. A implantação de uma moeda única pode até trazer grandes benefícios, mas não poderá resolver algumas questões que até então se encontram esquecidas. Assim em concordância com Gill (1993) é possível evidenciar:

Caricom es, en esencia, un intento de consolidar una comunidad económica dentro de una comunidad social preexistente, con el fin de aumentar la confianza en si mismos, de cada uno de sus miembros por separado y de facilitar el cumplimiento de sus respectivos objetivos de desarrollo (GILL, 1993, p.37).

Nota-se que o CARICOM surge com o objetivo de proporcionar um maior desenvolvimento aos países membros. E desde seu surgimento é possível identificar progressos em várias áreas de cooperação funcional e de política externa, principalmente nas relações voltadas às questões econômicas.

De acordo com Gill (1993) para que o CARICOM possa alcançar parte de seus objetivos é necessário atentar-se para seis áreas de grande importância: promover a migração intrarregional, ou seja, facilitar a entrada e saída de profissionais capacitados para as necessidades do mercado, estabelecer um Mercado e uma Economia do CARICOM, criar um Fundo de Investimento do Caribe, criar uma moeda comum e facilitar os trâmites das negociações internacionais.

Portanto, o que se percebe é que o CARICOM surge como uma possibilidade de desenvolvimento para os países geograficamente pequenos do Caribe, e sem dúvidas o bloco visa um crescimento e integração econômica da região, no entanto, percebemos que outras questões de extrema necessidade acabam caindo no esquecimento. Contribuindo, assim, para que muitos objetivos do bloco não sejam alcançados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar a importância do processo de integração regional para a obtenção de um desenvolvimento mais sólido e duradouro dentro da América Central e Caribe, apresentando as principais fases de formação até a consolidação de blocos e as parcerias que viessem a trazer benefícios para o crescimento e fortalecimento da região.

A região é marcada por uma grande influência dos Estados Unidos, seja econômica, política, social e culturalmente, sendo que as exportações do bloco para o país correspondem a 31% do total, ultrapassando o comércio regional, representado por apenas 25,3% (CEPAL, 2010).

Devido a essa grande influência que os EUA exerce sobre a América Central e Caribe, a crise de 2008, que afetou diretamente a economia norte-americana, teve também sérios efeitos sobre essa região, interrompendo o processo integracionista nessas áreas, fazendo com que problemas anteriores ao projeto de integração regional voltassem a tomar conta da América Latina afetando de forma significativa sua macroeconomia (CEPAL, 2010).

A relação comercial com o Brasil pode ser considerada um tanto “tímida” até o ano de 2005, onde as exportações para os países do MCCA correspondiam a 0,94% e as importações a 0,10% do total. (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, as exportações e importações para os países do MCCA).

Atualmente, podemos concluir que essa relação segue em proporções significativas. Economicamente falando, a América Central e Caribe são um dos grandes importadores de produtos brasileiros, onde, em 2007 o valor das exportações com destino aos países caribenhos superou os US\$ 16 bilhões.

No campo político, o diálogo bilateral e multilateral tem se tornado intenso. No campo geopolítico e de segurança internacional, existem algumas importantes experiências de cooperação, principalmente entre o Brasil e seus vizinhos da fronteira norte (Colômbia, Guiana, Suriname e Venezuela).

Dentre as exportações brasileiras para o mercado do Caribe, destacam-se segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, bens de média e alta tecnologia, químico, de plásticos, eletroeletrônicos, metal-mecânico, material médico-cirúrgico, maquinaria agropecuária, fertilizantes, material de escritório, brinquedos e papel. Tratando-se de alimentos destaca-se a soja, madeiras e óleos, também fazem parte das

exportações brasileiras, territórios e comunidades. Trata-se, em sua maioria, de bens de capital e de consumo com grande durabilidade, de qualidade e preços competitivos.

As importações brasileiras vindas de países do Caribe incluem petróleo e derivados (Venezuela e México), produtos de média e alta tecnologia (especialmente informática procedente do México e da Costa Rica), automóveis e peças (México), remédios e biotecnologia (Cuba), entre outros.

Com o MERCOSUL foi assinado em 1998 o Acordo Quadro de Comércio e de Investimento, considerado uma carta de intenções onde prevê o estreitamento das relações entre esses países, buscando a cooperação e promoção do desenvolvimento dos mesmos.

Através dessas informações acima mencionadas, podemos concluir que, a América Central e Caribe são formados por nações que almejam desenvolver-se e serem notadas com maior intensidade dentro e fora de suas extensões.

Baseando-se em alguns blocos citados neste trabalho, podemos afirmar usando os autores aqui utilizados que as tentativas de integração ocorridas na América Central e Caribe serviram para construir blocos comprometidos com o desenvolvimento e aproximação econômica e política de toda a região.

Podemos observar a partir desse estudo, não somente a importância da integração regional para o local onde ocorre, passamos a associar juntamente com esse processo, resultados satisfatórios que contribuíram para o desenvolvimento de toda América Latina. Ou seja, por menores que sejam os resultados, se comparados a outras partes da região latino-americana, que possuem melhores condições de colaborar para o desenvolvimento regional, é importante considerá-los, levando em conta que influenciam no nível de crescimento de maneira geral.

Após enfrentarem a crise da dívida na década de 80 e com isso diminuir os níveis de interesse na integração regional, os anos 90 foram marcados pela retomada desse processo dentro da América Latina, levando-se em conta que as relações econômicas estavam em alta e o comércio internacional estava aquecido, devido a grande interdependência entre os países e a busca por parcerias rentáveis, que viessem a colaborar com o desenvolvimento regional.

O CARICOM que é nosso principal objeto de estudo é um grande exemplo utilizado dentro desse trabalho, a partir do qual podemos constatar, após sua formação no ano de 1973, um significativo aumento das exportações dos países membros, assim como, das importações, devido melhoras no capital financeiro dos países a ele relacionado, tanto internamente, quanto

externamente. E mostra-nos que não tem somente como características o fator econômico, mas também visa estabelecer uma aproximação social, cultural e política entre os Estados membros que vai além de suas fronteiras aumentando não só o capital financeiro do grupo, mas também serviços, bens de consumo e livre acesso para a população.

Notamos que um bloco está muito além dos interesses econômicos e conflitos que isso possa gerar, não quer dizer que não haja problemas que com certeza há, porém podemos notar que não são na mesma proporção de anos atrás. Os Estados preferem usar a política da “boa vizinhança”, evitando guerras que possam gerar grandes prejuízos.

Um importante passo ocorrido para a intensificação das relações inter-regionais foi o interesse do MERCOSUL em manter um acordo de livre-comércio com a Comunidade, passando a haver uma maior aproximação entre ambos, intensificando os vínculos econômico e comercial. Em 2004, com o intuito de manter essa aproximação, representantes dos dois blocos se reuniram na XXVII Reunião Ordinária do Conselho Mercado Comum (CMC), propondo negociar programas que visassem estabelecer acordos de livre-comércio e a relevância desse estreitamento para a economia e o comércio latino-americano.

A principal influência para que esses projetos de desenvolvimento regional dessem bons frutos, partiu da CEPAL, que procurou inserir na região formas específicas para solucionar os problemas voltados para a mesma, sem se basear em exemplos usados em outros locais com características distintas, começando com a revitalização de suas economias internas, para depois passar a atuar no cenário internacional, procurando manter em alta o turismo, que é seu principal vetor econômico e impulsionar a agricultura, onde após o estreitamento do vínculo regional passou a obter melhores lucros visando a produtividade de cada local e dividindo-as por setores.

Outro fator de grande importância e que tem incentivado o crescimento econômico de países latino-americanos e do Caribe, é o IED – investimento estrangeiro direto – que vem crescendo consideravelmente, passando a ser a maior fonte de investimento estrangeiro na região. Isso se deu devido a sua atual estabilidade econômica, também as crises econômicas dentro do cenário internacional. Esses investimentos que anteriormente se remetiam somente as economias desenvolvidas passaram para os mercados emergentes da América Latina e Caribe, que contam com recursos naturais propícios e oportunidades para o desenvolvimento de serviços. Segundo o relatório feito pelo Banco Interamericano de desenvolvimento (2003),

a integração regional também tem contribuído para esse processo quando o país beneficiário está vinculado a um acordo, ou quando existe uma considerável extensão do mercado.

Através das análises correspondentes ao processo de integração regional na América Central e Caribe, podemos considerar que o mesmo contribui de forma positiva para o desenvolvimento e a promoção da região dentro e fora do continente americano e acima de tudo, proporcionando para esses países uma maior autonomia e possível busca por parcerias que lhes possam trazer vantagens comerciais e visibilidade externa. Cooperando, dessa forma para a fortificação de seu mercado interno, e supostamente passando a emergir definitivamente no competitivo e lucrativo cenário internacional, estimulando o crescimento sustentável como meio principal para o fortalecimento e a formação de blocos duradouros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ALVES, Jorge de Jesus. **Lições de Direito Comunitário**. Coimbra. Editora Coimbra, 1992.
- BALASSA, Bela. **Teoria da Integração Econômica**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1961.
- BÖHLKE, Marcelo. **Integração Regional & autonomia do seu ordenamento jurídico**. 1. ed. 7ª reimpr. Juruá: Curitiba, 2010.
- BRAGA, Márcio Bobik. **Integração Econômica Regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL**. Cadernos PROLAM, n. 1, p.1-17, 2002.
- CARICOM. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/mercosul/blocos/CARICOM.htm>, acessado dia 15/11/2013, às 13:50.
- CARVALHO, Leonardo Arquimimo de. **Os processos de integração econômica regional da União Européia e do MERCOSUL: breve abordagem histórico-evolutiva**. Revista Scientia Iuris, v.5/6, 2002.
- CELLI JUNIOR, Umberto. —**Teoria Geral da Integração: em busca de um modelo alternativo**, in MERCADANTE, Araminta de Azevedo; CELLI JUNIOR, Umberto; ARAÚJO, Leandro Rocha de, org.. **Blocos Econômicos e Integração na América Latina, África e Ásia**. Curitiba: Juruá, 2011.
- CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe)/OEA (Organización de Estados Americanos). **Relaciones CARICOM — Centroamérica y la República Dominicana: una ventana de oportunidades de comercio e inversión**. LC/MEX/L.1057/Rev.2. México, D.F, 2012.
- CORAZZA, Gentil. **O “regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 135-152, maio 2006.
- DEUTSCH, Karl W. **Análise das Relações internacionais**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1978.
- FARIAS, Déborah Barros Leal. **O Brasil e o CARICOM**. Rev. bras. polít. int. vol.43 no.1 Brasília Jan./June 2000.
- HAAS, E. **The study of regional integration**. Internacional Organization, v.24, nº4, p.607-646, 1970.
- HALL, Peter, 2004 apud SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações internacionais**. São Paulo, Editora Saraiva, 2005.
- HURRELL, Andrew. **O ressurgimento do regionalismo na política mundial**. Contexto Internacional, v. 17, n. 1, p. 23-59, 1995.
- KEOHANE, Robert Owen; NYE, Joseph. **Power and interdependence: world politics in transition**. Boston, Little Brown, 1977.

LOPES, Gustavo Tonon. **Integração na América Central e Caribe**. Cadernos PROLAM/USP, p.77-92, (Ano 11 — Vol. 2 — 2012).

MARKS, Gary. **Structural Policy and Multilevel Governance in the EC**. in Glenda Rosenthal, eds., *The State of the European Community*, (New York: Lynne Rienner,), 391-410, 1993.

MARTINEZ, Mario; CORDERO, Martha. **La Integración Económica Centroamericana y sus perspectivas frente a la crisis internacional**. LC/MEX/L.954, México, 2009.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE. Departamento de Promoção Comercial e Investimentos – DPR. Divisão de Inteligência Comercial – DIC. **Comunidade do Caribe CARICOM**. MRE-DPR MAIO/2013.

MITRANY, David. **A working peace system**. Chicago: Quadrangle Books, 1966.

MORAVCSIK, Andrew, 1993 apud SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações internacionais**. São Paulo, Editora Saraiva, 2005.

MÜLLERLEILE, Christoph. **El CARICOM em la integración de los Estados caribenhos: Progresos y obstáculos**. Traducido por: Susana Hernández Rodríguez. Manuscrito de abril de 1995.

NACIONES UNIDAS/COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – CEPAL. **Pasado, presente y futuro del proceso de integración centroamericano**. Una interpretación. LC/MEX/L.500, 2001.

OCAMPO, José Antonio. **Raúl Prebisch y la agenda del desarrollo en los albores del siglo XXI**. Revista de la Cepal 75, p.25, 2001.

OLIVEIRA, R. R. F. de. **Política externa brasileira – formação da Comunidade Sul-Americana de Nações**. Trabalho de Iniciação Científica, Curso de Relações Internacionais, Febasp. São Paulo, 2005.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Política Internacional**. Brasília. Fundação Alexandre Gusmão, 2012.

PÉREZ, Ramón Padilla. **Sistemas de innovación en Centroamérica Fortalecimiento a través de la integración regional. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)**. Santiago de Chile, 2013.

PINTO, L. F. S. & SOUZA, N. A. **Relações internacionais do Brasil e integração latino-americana**. Campo Grande: Editora UFMS, 2008.

ROSENAU, 2000 apud SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações internacionais**. São Paulo, Editora Saraiva, 2005.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações internacionais**. São Paulo, Editora Saraiva, 2005.

SORTO, Fredys Orlando. **A integração centro-americana: da união política à integração econômica**. Verba Juris – ano 1, n. 1, p.120, jan./dez. 2002.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Ascensão e queda do império americano**. Editora Mandacaru, 2001.

ANEXO – Comunidade do Caribe, dados sobre o comércio internacional